



SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

ATA

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 19 de junho de 2020;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia” de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 - Aprovação da Proposta de Revogação do Contrato de Empréstimo de 1.110.771,36 euros, aprovado em 28/02/2018 (Processo de Fiscalização Prévia n.º 824/2018, do Tribunal de Contas);

2.3 - Discussão e votação do Pedido de Autorização Prévia dos Investimentos a financiar pelo empréstimo de médio e longo prazo para o Financiamento de Investimentos Municipais 2020;

2.4 - Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo para o Financiamento de Investimentos Municipais 2020, de acordo n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;

2.5 – Aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a Freguesia de Vilar Seco;

2.6 – Aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a Freguesia de Senhorim;

2.7 – Aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a Freguesia de Canas de Senhorim;

2.8 - Aprovação da Proposta de deliberação da Câmara Municipal – Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Canas de Senhorim para realização da Viagem Medieval.

O Senhor Presidente da Assembleia, Professor António Manuel Borges dos Santos:

- Muito boa noite a todos.

Ora, verificada a existência de quórum, vamos dar início a esta sessão ordinária de setembro. Temos duas alterações, que pediram a substituição, que é a Senhora Patrícia Alexandra Aires Leandro Afonso Deus, que está a ser substituída, ou deveria estar a ser substituída pela Senhora Mariana Borges Pais, que ainda não veio. E a Senhora Alexandra Maria Lopes Monteiro, Segunda Secretária, que está a ser substituída pelo Senhor Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva. Aproveito e convido-o para ocupar o lugar da segunda secretária, na mesa.

(O Senhor Segundo Secretário Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

O Senhor Segundo Secretário Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva:

- Estão a faltar os Senhores Deputados: Paulo Alexandre Luis Abrantes (veio mais tarde), Joaquim Marques da Costa, Mariana Borges Pais (veio mais tarde), Fernando Manuel Abrantes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Garcia, André Manuel Simões Carvalho e Susana Alexandra Aires Leandro Almeida Cardoso (veio mais tarde),

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Senhor Fernando Manuel Abrantes Garcia telefonou-me há pouco, que estava no Hospital de Viseu com a mãe. Teve um pequeno acidente. Portanto, não sabia se chegava a horas. Provavelmente, não chega. Aquilo é sempre muito demorado. Quanto aos outros, não sei o que se passou. Não tenho mais nenhuma justificação além das duas substituições, sendo que uma também não está a substituir, não sei porquê.

Passamos ao ponto 1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 19 de junho de 2020. Quem quer usar da palavra? Ninguém?

Então, vou pôr à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Três abstenções, por não terem estado presentes na última reunião.

Leitura do Expediente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 12 de junho de 2020, da Senhora Deputada Municipal Dr.^a Isabel Cristina dos Santos Gonçalves, solicitando a justificação de falta e a sua substituição, à sessão ordinária, marcada para o dia 19 de junho de 2020;

- E-mail, datado de 17 de junho de 2020, da Senhora Deputada Municipal Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral, informando que, por motivos profissionais, não poderá estar presente na sessão ordinária, marcada para o dia 19 de junho de 2020;

- Carta, datada de 5 de junho de 2020, do Senhor Bispo de Viseu, D. António Luciano dos Santos Costa – Agradece o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor D. Ilídio Pinto Leandro;

- Carta, datada de 24 de junho de 2020, do Senhor Bispo de Viseu, D. António Luciano dos Santos Costa – Agradece convite para participar nas Comemorações do Feriado Municipal de Nelas;

- E-mail, datado de 10 de setembro de 2020, da Senhora Deputada Patrícia Alexandra Aires Leandro Afonso de Deus, solicitando a substituição do respetivo mandato pelo período de 11 de setembro de 2020 a 30 de setembro de 2020;

- E-mail, datado de 11 de setembro de 2020, da Senhora Deputada Alexandra Maria Lopes Monteiro, solicitando a substituição do respetivo mandato pelo período de 11 de setembro de 2020 a 21 de setembro de 2020, por motivo de férias;

- Ofício n.º 2989, datado de 11 de setembro de 2020, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 18 de setembro de 2020.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- E-mail, datado de 12 de junho de 2020, enviado à Senhora Mariana Borges Pais, convocando-a para a sessão ordinária de 19 de junho de 2020, em substituição da Senhora Deputada Dr.^a Isabel Cristina dos Santos Gonçalves;

- Ofício n.º 06/2020, datado de 22 de junho de 2020, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 19 de junho de 2020;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Ofício n.º 07/2020, datado de 22 de junho de 2020, enviado ao Ex.mo Senhor Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas, enviando um Voto de Louvor pela comemoração do seu centésimo aniversário;

- Ofício n.º 08/2020, datado de 10 de setembro de 2020, enviados ao Ex.mos Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 18 de setembro de 2020;

- E-mail, datado de 10 de setembro de 2020, enviado à Ex.ma Senhora Mariana Borges Pais, convocando-a para fazer parte da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Nelas, marcada para as 21 horas do dia 18 de setembro de 2020, em virtude da Senhora Deputada Patrícia Alexandra Aires Leandro Afonso de Deus ter solicitado a substituição do respetivo mandato pelo período de 11 de setembro de 2020 a 30 de setembro de 2020.

- E-mail, datado de 15 de setembro de 2020, enviado ao Ex.mo Senhor Augusto Manuel Oliveira Borges da Silva, convocando-o para fazer parte da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Nelas, marcada para as 21 horas do dia 18 de setembro de 2020, em substituição da Senhora Deputada Alexandra Maria Lopes Monteiro.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Como, habitualmente, vou-me escusar a lê-lo uma vez que todos o receberam, a não ser que haja necessidade de algum esclarecimento.

Então, se não, passamos ao ponto seguinte. Ponto 1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. Pergunto: Quem se quer inscrever? Senhor Deputado Manuel Henriques. Mais ninguém? Agradecia que quem se quisesse inscrever, se inscrevesse agora.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhores Membros da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Público.

Eu tenho hoje, só uma questão e mais para o Senhor Presidente da Câmara, que me está a preocupar e que acho que preocupa um pouco todos os Municípios. Temos uma situação, que eu não sei se está confirmada, de um possível encerramento de uma das mais antigas agências bancárias aqui do Concelho, do Santander Totta.

Uma agência que tem uma ligação histórica na Vila de Canas de Senhorim. Foi a primeira deste Grupo a abrir aqui no Concelho. Do ponto de vista da Freguesia de Canas de Senhorim e também da Lapa do Lobo, com certeza que é bastante penalizador caso isso aconteça, que eu espero que não aconteça.

E, eu, essencialmente, gostaria de saber, já é do conhecimento público que a Junta de Freguesia e está aqui o Senhor Mário Pires, tem tentado, da forma que pode, também se mexer neste assunto. Mas eu gostava de saber do Senhor Presidente da Câmara, com o devido respeito para o Senhor Mário e para os demais Elementos da Junta de Freguesia, com outro peso institucional, com outra capacidade de negociação de contratos e de financiamentos, o que é que nos pode dizer sobre isto e que medidas também pode revelar aqui que pensa tomar, porque eu acho que estas coisas não devem ser indiferentes na forma como nós vemos os agentes económicos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E se sentimos que é uma perda efetiva para os nossos Cidadãos, acho que devemos agir em conformidade. Não é retaliatório. Eu, hoje, ao ver a documentação dos pedidos do empréstimo que o Senhor Presidente da Câmara traz aqui hoje, vi lá o Santander e não deixei de pensar que, se calhar, se alguma destas coisas que nós queremos evitar, acontecesse, certamente o Santander deveria ser tratado de forma diferenciada no futuro.

Espero que isso não aconteça. Mas eu, que sou Cliente daquela Agência, a título pessoal, posso dizer que vou rever essa ligação se encerrar. Com toda a certeza, vou rever. Sou eu cliente e toda a minha família. E com certeza, outros cidadãos entenderão da mesma maneira. Mas, acima de tudo e como o Senhor Presidente também tem estado silencioso, que eu percebo, institucionalmente silencioso, mas, se calhar, a trabalhar neste assunto, que nos dê aqui um bocadinho a sua leitura sobre o que está a acontecer, o que pretende fazer e toda a informação que possa disponibilizar.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Costa, faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia e Ex.ma Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Estimado Público.

Eu tinha aqui duas questões. Uma, diretamente ao Presidente da Câmara, quanto à Feira do Vinho. Gostava de saber, realmente e todos sabemos da crise que estamos a atravessar e tudo isso e das formas como foram feitas as coisas e bem, que não houve, digamos, ao contrário, se calhar, de outras Autarquias que fizeram, ou reinventaram, de uma forma artística, algumas feiras e, realmente, a Câmara Municipal de Nelas, neste caso, reinventou de uma forma não presencial, mas sim a nível, digamos, do que temos ao nosso meio e que, realmente, foi online.

Eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara também fizesse um bocadinho, nos dissesse, realmente, o que é que aconteceu. Se foi dentro das expectativas, porque é sempre difícil, de qualquer forma. Entendo. Mas, de qualquer forma, é algo que está no Concelho. É algo que não podemos deixar de continuar a preservar, reinventar se for preciso porque, se calhar, daqui a um ano, ou dois, continuaremos com onlines, ou com outro tipo de iniciativas. E, portanto, gostava de saber como é que foi e qual é a expectativa de futuro dessa ação.

Depois, durante alguns, sem calhar diria, meses, nesta situação de estarmos confinados, detetei que havia uma pessoa sem-abrigo, em Nelas e que, constantemente, andava pelos contentores da Vila a retirar objetos dos contentores, etc. Informei as Autoridades, a GNR e vi que nada foi feito.

Bem, na altura, contactei o Senhor Presidente da Assembleia e pedi ajuda nesta situação, informando, como cidadão, como pessoa da Assembleia Municipal, o qual me informou que iria falar com o Senhor Presidente da Câmara sobre a situação. Isto, semanas e semanas e semanas que não havia resolução, voltei outra vez a pedir ajuda ao Senhor Presidente da Assembleia para isso, o qual me informou que o Senhor Presidente já tinha tomado ações, que já tinham ido falar com a pessoa, porque é assim: Meus Senhores, não estamos em Lisboa, não estamos no Proto, que há muitos sem-abrigo.

Se calhar, ter uma situação dessas, se calhar, alguns de vós não conhecem esta situação. Mas, ter uma pessoa, podem ser duas, eu não conheço, ou três. Mas, duas, ou três pessoas, esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Autarquia tem obrigação de erradicar essa situação. E, então, foi-me dito que: Sim Senhor. Falaram com ele. Ele ia de férias para Coimbra e quando regressasse que iria à Câmara Municipal, pá, coisas e coisas. Ele regressou. Continuou. E continua.

Portanto, eu gostava que esta situação, não vamos nomear nomes, etc., mas que esta situação fosse erradicada e que, se calhar, por uma pessoa, ou podem ser duas, ou três e os senhores estão aqui e se conhecerem outras coisas, venham aqui e digam.

Agora, vamos tentar que isto não aconteça no nosso Concelho. Portanto, pedia esclarecimentos sobre esta situação porque foram vários os pedidos que eu fiz, para ver onde é que estamos, porque essa pessoa continua por aí na rua. E, nesta situação de pandemia, ou seja, está a espalhar, se calhar, sem saber e sem conhecimento, porque a pessoa, se eu vos disser, tem uma casa sem telhado. Vive numa casa sem telhado, meus Senhores.

Agradecia esse esclarecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Ora, entretanto, chegou a Senhora Deputada Mariana Borges Pais. Passamos a estar 26. E o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco disse que vai chegar um bocadinho atrasado, mas também vem.

Não havendo mais ninguém inscrito, Senhor Presidente, quer dar alguns esclarecimentos sobre estes assuntos? Então, faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva:

- Cumprimentar todos os presentes.

O Senhor Presidente da Assembleia;

A Mesa,

Os Senhores Membros da Assembleia,

Os Senhores Vereadores,

As restantes pessoas presentes.

E, portanto, relativamente à questão do Banco Santander, colocada pelo Senhor Dr. Manuel Henriques, a informação que posso dar ainda, nesta altura, como bem referenciou, estamos, ainda que fosse uma Instituição Pública, também o comportamento não seria muito diferente, mas podia ser diferente. Mas estamos no âmbito do exercício de uma atividade privada, bancária e aí o cuidado ainda tem que ser maior e o recato maior, no sentido de conseguirmos atingir o objetivo, que é, neste momento, a única agência bancária aberta, em permanência, em Canas de Senhorim, conseguir que ela permaneça aberta.

Foi transmitida a intenção de encerrar a agência bancária de Canas de Senhorim. Já estive com uma data marcada para encerrar. Já estive com uma data marcada para envio de cartas para os Clientes a comunicar esse encerramento. Neste momento, esse envio de comunicação está suspenso e, portanto, está aberta uma porta de diálogo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. E, portanto, estamos a fazer tudo o que é possível, nesta fase e de forma, em termos de conversação, digamos, diplomática, recatada, sem deixar, naturalmente, de fazer valer os argumentos que bem utilizou.

E, portanto, eu lembro que, há 4 anos, o Santander manifestou igual intenção de encerramento. Houve, na altura, também conversações. E houve compromissos. Não houve compromissos por escrito, mas houve expectativas criadas relativamente ao Município de Nelas e à Câmara Municipal e à Junta. E, por isso é que, por exemplo, os débitos diretos da água passaram a ser feitos por intermédio do Santander. E uma série de outros negócios.

E, posso dizer-lhe que, por exemplo, quando da decisão, ou quando tivemos conhecimento da decisão de encerramento do Santander da agência de Camas de Senhorim, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

saldo bancário da Câmara Municipal era superior a 500.000,00 euros na agência de Canas, que é onde está a conta da Câmara Municipal. E, portanto, houve, naturalmente, posso dizer-lhe, resumidamente, desde o dia, desde final de agosto, em que tivemos conhecimento, 29 de agosto, creio eu, sucessivos contactos com diversos níveis de responsabilidade de colaboradores do banco, desde locais, Diretores Comerciais a Adjuntos de Administrador e até Administrador.

E, portanto, agora estamos a um nível de tentar chegar ao Conselho de Administração e também já houve, por intermédio de outros contactos, contactos com o Presidente do banco. Não tem sido fácil demovê-los desse propósito de encerramento da agência de Canas de Senhorim. Tenho que dizer isto com a verdade porque é a verdade. Não tem sido fácil. Mas, pronto. Não perdi ainda e não perdemos, a Junta também, a esperança de que, através dos argumentos históricos, dos argumentos de que o banco, a responsabilidade social do banco, mais que a responsabilidade social, até a responsabilidade humanitária.

Estamos a sair, há 6 meses, de uma crise em que há 6 meses estávamos todos prontos para morrer e, passados 6 meses, já estamos prontos para fechar agências bancárias. Isto é um sistema capitalista puro e duro. E, portanto, vamos tentar sensibilizar o banco. É uma situação especial do Santander, singular, porque eles, eu creio que eles, no ano passado, fecharam vinte e tal agências e despediram cerca de 170 trabalhadores, ou chegaram a acordo por despedimento, em sentido lato, terão chegado a acordo com 170 Trabalhadores. Pelo menos, é o que vem na imprensa. Mas, pronto. É daquelas agências da cidade. E, portanto, fecham onde têm 4, ou 5 agências. E, portanto, eles estão a olhar de Lisboa para aqui. E, portanto, ainda não perdemos.

Portanto, Dr. Manuel Henriques e todos os Membros da Assembleia, o ponto da situação é este. E, portanto, a decisão de encerramento, de acordo com o último contacto que eu tive com a Administração do Santander, que foi na segunda-feira passada, está suspensa, não por muito tempo. Mas estou à espera, agora, de uma resposta que seja definitiva, para depois também nós, em termos de Câmara Municipal e a Junta, depois também tomarmos uma posição, que eu digo que há-de ser ao nível da desconsideração que o Banco Santander está a ter neste momento, pela responsabilidade social e humanitária, pela história, porque está há cerca de 40 anos em Canas de Senhorim. E, portanto, estive lá enquanto era o maior empregador, Canas de Senhorim, quando lá havia 1.200 salários para gerar riqueza havia lá lugar para o Santander.

Houve um tempo em que o Santander só tinha agência em Viseu, Canas de Senhorim e Seia. E, nem o facto de se lá colocarem receitas próprias do Município, que são cerca de 2,5 milhões de euros a 3 milhões de euros, aí ainda os convenceu. Portanto, estamos a jogar tudo aquilo que é possível no sentido de levar uma Instituição privada, portanto e estamos numa economia de mercado, a manter as portas abertas para uma Comunidade que tem, que não é só Canas de Senhorim. É Canas de Senhorim e também toda a Comunidade envolvente, como o próprio Santander também confirma que o Banco Santander de Canas de Senhorim não é só as empresas e as pessoas de Canas de Senhorim a que serve, é também a Comunidade envolvente.

Além disso, estamos também a tentar chamar à responsabilidade social de envolvimento com a Comunidade, como por exemplo, a Caixa de Crédito Agrícola, que tendo lá uma Agência, não se justifica que ela esteja fechada. Portanto, a Caixa de Crédito Agrícola é, por natureza, um banco envolvido com a Comunidade. Tem associados. Os associados são pessoas envolvidas na própria Comunidade. Portanto, elas também estão em Canas de Senhorim e, portanto, também se justifica que a agência de Canas de Senhorim fosse reaberta para vender os serviços e potenciar os serviços do Banco Santander. Portanto, temos que arranjar, jogar também em alternativas ao Banco Santander. Mas, tudo faremos para que a agência do Banco Santander permaneça aberta em Canas de Senhorim.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A Feira do Vinho, Eng.º Rui Costa, há na informação do Presidente de Câmara, no ponto B, um resumo do que foi a Feira do Vinho. E, portanto, tivemos, acho que correu bem, cumpriu naquilo que, no essencial, se visava de marcar presença do Município de Nelas como na centralidade relativamente ao Vinho do Dão, seja através da colocação, por exemplo, dos outdoors à entrada de Lisboa e do Porto, seja da realização do evento marcante na Feira do Vinho que foi a inauguração da Adega da Pedra Cancela e da vinda da Senhora Ministra da Coesão Territorial, seja, depois, de toda a Plataforma Online de venda, que acho que ainda está online, seja da Rota a que aderiram dezenas de Produtores, seja a Loja Online a que aderiram, salvo o erro, 36, seja o Concurso de Vinhos que o Senhor Luis Lopes continuou a patrocinar. Tudo isto transmitido também via digital e também com o selo de qualidade do Clube dos Provadores da CVR Dão, que nos apoiou e patrocinou também.

E, depois, também a iniciativa das portas abertas no domingo e alguma prova de vinhos. Eu acho que correu bem. E, portanto, correu bem na ótica de que, salvaguardamo-nos de e mesmo assim, protegemo-nos da questão de não nos pormos a jeito para potenciarmos a questão do COVID-19, da disseminação desta questão do COVID-19. Veja-se o que está a acontecer em Viseu, que ainda que não seja imputável ao Cubo Mágico, não deixa o Senhor Presidente de estar a levar uma carga de porrada nas redes sociais e em tudo. E, se calhar, nem lhe é imputável essa responsabilidade. Mas que se pôs a jeito, pôs. E, portanto, há um problema em Viseu relacionado com o COVID-19.

E, coincidência, ou não, calhou na última semana de agosto reaparecerem casos COVID-19 em Nelas. Portanto, na última semana de agosto, desde maio, final de maio que não havia casos COVID-19 em Nelas, voltaram a aparecer. E, desde o dia 29 de agosto que voltámos a ter diagnósticos positivos COVID-19. Não surtos conjuntos, mas situações espaçadas em várias localidades. Creio que, no total, foram 9 situações COVID-19, 4 já estão curados, acho que é isso.

E, relativamente à Feira do Vinho, temos ainda também uma excelente notícia, que também já demos conta na página do Município e que vamos ver se agora no RIACT, que é no dinheiro que vem aí para a recuperação e também dos fundos comunitários e também na Agência para a Inovação que abrange a questão da agricultura, se o Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão, que foi incluído pela Senhora Ministra da Agricultura na Rede de Inovação para a Agricultura, esta centralidade do Vinho do Dão se mantém.

E eu acho que, proximamente, muito, muito, a muito curto prazo, vão ter notícias sobre aquilo que sempre todos nós desejámos para o Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão, a muito curto prazo. E, portanto, não vamos desperdiçar essa oportunidade. A Senhora Ministra Ana Abrunhosa tem intenção de fazer no Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão um Laboratório Colaborativo, associado à Academia, seja ao IPV, seja à Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, que também já tem um Laboratório Colaborativo criado, ligado também ao Ministério da Ciência e Ensino Superior e criar, aqui em Nelas, um Polo desse Laboratório Colaborativo.

E, portanto, a muito curto prazo, vai haver notícias relativamente a isso porque as coisas, felizmente, estão a andar com a velocidade, o empenhamento e o interesse, particularmente, por parte da Senhora Professora Ana Abrunhosa e também com o carinho de alguns Professores do Instituto Politécnico de Viseu, incluindo com o Senhor Dr. João Paulo Gouveia, que aqui tem feito estudos académicos, que não desviarão a centralidade do Dão e do Vinho do Dão, da Feira do Vinho do Dão, de tudo que é relacionado com o Dão, com o Centro de Estudos.

E, creio que nesse particular, a Feira correu muito bem. Aproveito a oportunidade para agradecer a todos os que participaram na Feira por qualquer meio, sejam os Colaboradores da Câmara, sejam os Produtores Engarrafadores, seja quem, conversando com a Câmara Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

deu também contributos e ajudas. Estou a falar também do Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral, estou a falar de pessoas que foram à Câmara também tentar melhorar a ideia de uma Feira digital. E, portanto, todos contribuíram e foram levados em linha de conta.

O exercício que estamos agora a tentar fazer é potenciar a Loja do Vinho do Dão e tentar fazer com que ela chegue ao Dia Nacional do Enoturismo que é, algures, para novembro. Portanto, nesse aspeto, acho que correu muito bem e com a notícia que vamos ter na próxima semana relativamente ao Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão, Eng.º Rui Costa, tudo decorreu da melhor forma.

Relativamente ao sem-abrigo, o sem-abrigo é daqueles indivíduos que já não existem e que não se pode chamar, verdadeiramente, um sem-abrigo. Eu acho que é um homem que anda aí com uns papelões debaixo do braço e que esse caso está, devidamente, comunicado às Autoridades Policiais. Está comunicado ao Senhor Delegado de Saúde. E o modo de vida dele, estava a ver se encontrava aqui a palavra, o contrário de sedentário é nómada. É mesmo. É a vida dele. Ele não quer ficar, só fica aqui, ele, a vida dele é ficar aqui 15 dias, ou um mês, 15 dias, ou um mês, em Coimbra, 15 dias, ou um mês, no Porto, 15 dias, ou um mês, em Lisboa. E a GNR, foi lá a Patrulha falar com ele e a Patrulha veio-se embora porque ele não tem sinais de COVID-19. Não tem nenhum documento de identificação.

Eu perguntei ao Comandante: Então, não tem documento de identificação, deviam levá-lo para o Posto para se identificar. Pois, está bem, ó Senhor Presidente. E eu disse que é uma questão de Saúde Pública. Nós comunicámos. Fizemos uma exposição ao Senhor Delegado de Saúde. Portanto, não é sem-abrigo. Ele quer viver assim. Eu falei com ele. No dia em que falei com ele, na Estação, disse-lhe para ir ter comigo à Câmara, que nós queríamos ajudá-lo.

Ele tem direito a uma reforma. É de Pinhel, salvo o erro. Tem direito a uma reforma. Que nós lhe ajudávamos a requerer uma reforma, para ser institucionalizado e etc. Ele não quer. Portanto, nós não podemos fazer nada. Nós, eu não posso fazer nada senão comunicar à Entidade competente, que é a Autoridade de Saúde Pública competente. E o Senhor Delegado de Saúde pode comunicar ao Tribunal. Quem trata das situações de insanidade, situações de ordem pública e etc., não é a Câmara.

Eu não tenho autoridade. Eu não tenho autoridade para chegar lá, para pegar nele, para o prender e para o levar para um sítio qualquer. Isso é a Autoridade Pública. É a GNR, ou é uma ordem do Tribunal. Eu não posso chegar lá, senão estou a violar um direito. Com que direito? Ele tem autorização para estar no terreno do Senhor Eng.º José Manuel, lá em cima, que foi o Senhor Eng.º José Manuel que lhe deu autorização.

Agora, ele anda a apanhar iogurtes e a lavá-los com lixívia e alimenta-se disso. Comunicámos à GNR. Eu estou preocupadíssimo com isso. Comuniquei à GNR, ao Senhor Delegado de Saúde. Tive a mesma preocupação que tu tens. Fazer mais que isso não pude. Quando íamos para atuar de outra maneira, ele pegou no comboio, duvido que tenha pago bilhete, já estava a andar para Coimbra. E, portanto, passado um mês, voltou a aparecer. E acho que agora já não anda aí.

Portanto, está comunicado ao Senhor Delegado de Saúde. E fazer mais que isso, fazer mais que isso, eu não posso fazer. Posso insistir. Não sei se ele fez testes. Eu levantei estas questões todas. Se fez testes COVID-19, se não fez. Eu chamei o Senhor Cândido no dia em que ele ia apanhar o comboio, o Senhor Cândido deu-lhe 3, ou 4 máscaras para levar no comboio porque ele nem máscaras tinha.

Eu não o posso fazer. Só a Autoridade Policial. Eu não sou Autoridade Policial. Não o posso prender. Não o posso agarrar. Agarrar o indivíduo. Eu não posso. Posso comunicar às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Autoridades Policiais e às Autoridades Públicas competente. Foi o que fiz. A GNR foi lá, veio-se embora. O que é que eu vou fazer? Faço queixa da GNR? Prendo a GNR? Mercê da tua preocupação, vou insistir. Mas que o homem quer viver assim, que é o que ele transmite à GNR e gosta de viver assim, gosta.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Ora, informar que, entretanto, chegaram dois Senhores Deputados: o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco e a Senhora Deputada Susana Cardoso. E, agora sim, é que estamos 25. Portanto, agora, faltam só 3 Senhores Deputados.

Então, passamos ao Período da Ordem do Dia com a informação do Senhor Presidente da Câmara. A informação do Senhor Presidente da Câmara foi enviada a todos, por escrito.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V. ºs Ex.ºs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última informação para a Assembleia Municipal em 09 de junho de 2020 até à data de 31 de agosto de 2020, bem como a sua situação financeira.

A) Informação sobre obras municipais, ambiente, gestão urbanística e planeamento:

Nomeadamente:

A1)

- Abertura permanente do edifício da Câmara Municipal e da Loja do Cidadão, bem como de outros Serviços Municipais, com regras de funcionamento adaptadas à situação de pandemia, de forma a garantir o funcionamento de todos os serviços essenciais, mas proporcionando todas as condições de segurança aos Municípios;
- Execução dos trabalhos das obras do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha, em Canas de Senhorim Nascente;
- Execução dos trabalhos de ampliação do Cemitério de Senhorim;
- Aprovação do acordo de gestão para construção da rotunda na Estrada Nacional 234, na Zona Industrial do Chão do Pisco, entre Nelas e Canas de Senhorim;
- Pavimentação da antiga Estrada Municipal entre Nelas e Carvalhal Redondo;
- Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas;
- Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
- Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;
- Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;
- Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;
- Arranjos e reparações diversas nos Jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo do Concelho;
- Pavimentação dos passeios na Lapa do Lobo;
- Aplicação de herbicida em colaboração com as juntas de Freguesias;
- Construção de um muro na Av. Eng. Luís Almeida, protocolo com o proprietário pela cedência de terreno para a construção da variante de Nelas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Colaboração com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Nelas na organização do seu Centenário;
- Colaboração com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Nelas na requalificação do Antigo Quartel, para futuro Centro Municipal de Protecção Civil;
- Limpeza das bermas de estradas com o limpa bermas, em todo o Concelho;
- Colocação/reparação de diverso mobiliário urbano no Concelho;
- Reparação de vários bancos de jardim no Concelho;
- Recolocação de calçadas devido às muitas roturas de água no Concelho;
- Arranjos em vários cemitérios do Concelho;
- Equipa SOS Buracos: múltiplos arranjos de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
- Limpeza dos recintos das escolas do Concelho;
- Grande reparação de paredes do Centro Escolar de Nelas;
- Requalificação dos equipamentos de climatização do refeitório e de outras salas do Centro Escolar de Nelas;
- Limpeza de terrenos junto das áreas urbanas com a máquina de rastos;
- Manutenção, alargamento e abertura de diversos caminhos florestais e agrícolas;
- Requalificação/reparação/manutenção dos parques infantis no Concelho;
- Tratamento dos relvados no Estádio Municipal e campo nº 2 em Nelas e relvado do GDR de Canas de Senhorim;
- Pintura dos balões no edifício da Federação dos Vitivinicultores do Dão, junto ao largo do Município;
- Arranjo do lago (perda de água devido às muitas fissuras) no largo do Município;
- Arranjo de múltiplas passadeiras e rampas para as pessoas com mobilidades reduzidas;
- Arranjo de caminhos rurais e florestais com motoniveladora em todas as Freguesias do Concelho;
- Abertura e alargamento de novos caminhos na Póvoa de Cima, S. João do Monte, Vale de Madeiros, Caldas da Felgueira e Canas de Senhorim;
- Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;
- Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;
- Fase de arranque e de testes da Etar III de Nelas, já com a ligação da energia eléctrica efectuada;
- Finalização das obras do Sistema Intercetor, designadamente:
 - Ligação das condutas nas travessias da linha férrea da Beira Alta;
 - Ligação das condutas na travessia da E. N. 234;
 - Repavimentação de vários troços que tinham sido alvo de intervenção na sequência desta obra;
 - Construção da Estação Elevatória EEAR Nelas 1A (Póvoa da Roçada), já com a ligação da energia eléctrica efectuada;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Construção da Estação Elevatória EEAR Nelas 1 (antiga ETAR de Nelas 1), já em fase de finalização e ligação de energia eléctrica;
- Construção da Estação Elevatória EEAR Norte 1 (na ZI, no terreno em frente à cooperativa dos olivicultores), já com a ligação da energia eléctrica efectuada;
- Construção da Estação Elevatória EEAR Norte 2 (na ZI, no terreno perto da subestação da EDP), já com a ligação da energia eléctrica efectuada;
- Construção da Estação Elevatória no Folhadal, já com a ligação da energia eléctrica efectuada;
- Construção da Estação Elevatória EEAR Sul (no terreno em frente à Borgstena), já em fase de finalização e ligação de energia eléctrica;
- Continuação da empreitada para a construção da ETAR de Santar I (Casal Sancho), já em fase de finalização e ligação de energia eléctrica;
- Início do funcionamento da ETAR de Santar II;
- Início do funcionamento ETAR de Moreira;
- Início do funcionamento da ETAR da Lapa do Lobo;
- Início do funcionamento da ETAR de Agueira/Carvalho Redondo;
- Início do funcionamento da ETAR de Vilar Seco;
- Prolongamento de ramais de água e saneamento;
- Requalificação da Rede Viária no Concelho;
- Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;
- Limpeza da faixa de gestão de combustível da rede secundária nas zonas industriais da Ribeirinha, Chão do Pisco e Z. I. I de Nelas;
- Limpeza da faixa de gestão de combustível da rede secundária nas zonas urbanas em todas as Freguesias bem como na rede viária municipal;
- Aquisição de terrenos para ampliação das zonas industriais do concelho e para instalação de infraestruturas;
- Continuação da requalificação da Escola do 1º CEB de Santar;
- Limpeza e terraplanagem de terrenos nas Zonas Industriais com a máquina de rastos;
- Continuação da construção do Grande Reservatório de 4000 m³ de água para abastecimento de todo o Município de Nelas - Sistema de Abastecimento de Água de Nelas;
- Abate de árvores (secas e queimadas) em risco de queda próximo das habitações e estradas do Concelho;
- Abate de árvores secas e queimadas e remoção das mesmas dos caminhos rurais e florestais no Concelho;
- Diversas acções de sensibilização;
- Melhoramentos nos parques desportivos do Concelho;
- Construção do parque infantil de Vila Ruiva;
- Continuação dos trabalhos inerentes à elaboração da Estratégia Local de Habitação;
- Continuação das obras de requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo do Fojo, em Canas de Senhorim;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Continuação das obras de requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo da Feira, em Canas de Senhorim;
- Abertura de procedimento para requalificação do campo de ténis, polivalente e respectiva iluminação, do parque S. Miguel – Mata das Alminhas, em Nelas, no âmbito da ADD/PDR;
- Candidatura no âmbito da ADD/PDR ao programa “Renovação de Aldeias”, para requalificação do polivalente, passeios, muro e instalação do parque infantil, nas Caldas da Felgueira;
- Elaboração do projecto de requalificação do Mercado Municipal, no âmbito do PARU;
- Elaboração do projecto de requalificação da Av. João XXIII, no âmbito do PARU;
- Elaboração do projecto de requalificação do Centro Histórico de Santar, no âmbito do PAMUS;
- Elaboração do projecto de conclusão da ciclovia na variante de Nelas, no âmbito do PAMUS;
- Elaboração do projecto da Zona de Coexistência e Rede Ciclável – Mobilidade Urbana Sustentável de Caldas da Felgueira, no âmbito do PAMUS;
- Elaboração do projecto da Zona de Coexistência e Rede Ciclável – Mobilidade Urbana Sustentável de Canas de Senhorim, no âmbito do PAMUS;
- Reprogramação do projecto CAVE - conclusão;
- Execução de projecto de reforço da ponte sobre o Rio Mondego nas Caldas da Felgueira;
- Construção dos passeios da Rua da Soma, em Santar, da Variante da Agueira, da EM Moreira –Nelas e da Rua do Castelão, na Lapa do Lobo;
- Abertura do concurso na sequência da aprovação de candidatura apresentada no Turismo de Portugal para a construção de um parque de autocaravanismo;
- Continuação da construção e apetrechamento de salas interativas informáticas na escola sede do Agrupamento de Canas de Senhorim, no âmbito do projecto de combate ao insucesso escolar;
- Continuação da construção e apetrechamento de salas interativas informáticas na Escola Fortunato de Almeida, no âmbito do projecto de combate ao insucesso escolar;

A2) Actividades desenvolvidas com a pandemia COVID-19:

06-10:	2020-	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
06-13:	2020-	reabertura da feira mensal de Nelas
06-14:	2020-	Mercadinho de Produtos agrícolas
06-21:	2020-	Mercadinho de Produtos agrícolas
06-21:	2020-	Feira de antiguidades e velharias, no posto de turismo
Julho		Fundo Especial de emergência Social – entrega mensal de cabazes com bens alimentares a 34 agregados familiares, correspondendo a 101 indivíduos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

07-01:	2020-	Abertura das piscinas descobertas
07-01:	2020-	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
07-03:	2020-	Posto de turismo de Nelas tem o selo "Clean & Safe"
07-06:	2020-	Reunião com todas as IPSS's e instituições de apoio social
07-12:	2020-	Mercadinho de Produtos agrícolas
07-14:	2020-	Encerramento dos parques infantis e seniores
		Reunião com as unidades de saúde e direção do agrupamento de centros de saúde de Viseu
07-19:	2020-	Mercadinho de Produtos agrícolas
07-20:	2020-	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
07-26:	2020-	Mercadinho de Produtos agrícolas
07-28:	2020-	Biblioteca Municipal de Nelas tem o selo "Clean & Safe"
08-01:	2020-	Reunião com os agrupamentos de escolas de Nelas e Canas de Senhorim para preparar a abertura do novo ano escolar
to	Agos	Fundo Especial de emergência Social – entrega mensal de cabazes com bens alimentares a 34 agregados familiares, correspondendo a 101 indivíduos
08-02:	2020-	Mercadinho de Produtos agrícolas
08-03:	2020-	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
08-09:	2020-	Mercadinho de Produtos agrícolas
08-09:	2020-	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
08-16:	2020-	Mercadinho de Produtos agrícolas
08-17:	2020-	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
08-23:	2020-	Mercadinho de Produtos agrícolas
08-24:	2020-	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
08-30:	2020-	Mercadinho de Produtos agrícolas
	2020-	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

08-31:	
2020-08-31:	Cooperação com os Agrupamentos de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim na abertura do ano escolar, em contexto COVID-19

B) Informação sobre educação, cultura e desporto:

Nomeadamente:

- Organização da 29.ª Edição da Feira do Vinho Dão, este ano atenta a situação de pandemia do COVID-19, organizada em versão On-Line, tendo ainda assim sido realizada diversas actividades na Feira do Vinho do Dão, designadamente, a inauguração da Adega de Espumantes Pedra Cancela, a inauguração e cerimónia de abertura da Feira, que contou com a presença da Sr.ª Ministra da Coesão Territorial Professora Doutora Ana Abrunhosa, o Concurso de Vinhos, a Rota dos Produtores, a Prova de Vinhos, as Portas Abertas para o Dão e a Loja On-line, que ainda se encontra em funcionamento e ao dispor de todos os interessados;
- Continuação da atribuição de subsídios com os clubes desportivos e as associações recreativas e culturais do Concelho, apesar da suspensão das suas actividades devido à pandemia;
- No âmbito do esforço de contenção do COVID-19, e na sequência das orientações emanadas da Direção Geral de Saúde (DGS), bem como pelas demais autoridades de saúde pública, com intuito de garantir a segurança de todos, o Serviço de Desporto do Município de Nelas, deu continuidade ao Evento Online “MOVE-TE em CASA...”, até ao dia 26 junho. Este Evento elaborado pelos técnicos do Serviço de Desporto do Município, teve como objetivo proporcionar às famílias em geral actividades lúdico-desportivas, para desenvolverem em casa durante este período de isolamento social e posteriormente de desconfinamento, proporcionando assim a manutenção do bem-estar físico e psíquico da comunidade. Foram apresentados cerca de 73 vídeos no total e entre outras publicações.
- Reabertura das piscinas municipais descobertas no dia 01 de julho, tendo sido adotadas e implementadas medidas de boas práticas e de higiene para a diminuição do risco de disseminação do COVID-19, de acordo com as orientações da DGS e legislação em vigor, contabilizando até ao dia 31 de agosto 2734 utilizadores;
- Reabertura do Pavilhão Desportivo Municipal e do Estádio Municipal no dia 05 de agosto, de acordo com as orientações DGS n.º 30/2020 e da Resolução do Concelho de Ministro n.º.55-A/2020 de 31 de julho de 2020, que permite a prática de atividade física e desportiva, em contexto treino e competição, podendo ser realizado sem público;
- Elaboração e implementação dos planos de contingência para o pavilhão e estádio municipal, de forma a estarem preparados segundos as orientações da DGS, para receber os clubes e seus atletas.
- Continuação da implementação dos Percursos Pedestres em termos de instalação de sinalética e de limpeza do PR 3 e do Circuito Pedestres das Caldas da Felgueira;
- Organização de cerca de 30 actividades de animação de Verão, englobadas na iniciativa “Município Anima”, e que a partir de 11 de julho levou a todas as freguesias vários momentos de divulgação cultural, entre elas o teatro, a música contemporânea, o jazz, a concertina, saxofone, passeios temáticos, arte urbana, workshops, histórias contadas, arte ao vivo, mercado de antiguidades e velharias, entre outras;
- Acompanhamento técnico dos estagiários do Pepal e de estágio curricular no sentido de valorização dos recursos turísticos do concelho;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Colaboração na organização da Feira do Vinho do Dão através da equipa do Posto de Turismo de Nelas, designadamente, através dos contatos com os produtores e gestão das inscrições nas atividades previstas, bem como a entrega de merchandising da FVD e apoio técnico no fim-de-semana da FVD;
- Elaboração de proposta de Candidatura às Aldeias de Portugal;
- Colaboração na execução de candidatura à ADD pela “Renovação de Aldeias”;
- Elaboração de candidatura conjunta intermunicipal com os Municípios de Mangualde e Penalva do Castelo, “Cultura no Dão”;
- Valorização patrimonial dos bancos de jardim com azulejos nas Caldas da Felgueira;
- Valorização em curso do Circuito Pedestre das Caldas da Felgueira com sinalética indicativa;
- Continuação da atualização de Base de Dados dos agentes económicos ligados ao Turismo;
- Acompanhamento Técnico de várias questões relacionadas com Turismo e Património Cultural;
- Colaboração Técnica no projeto do Parque Urbano do Cabeço e à zona envolvente do Pelourinho do Folhadal;
- Apoio a todo o movimento associativo;
- Apoio na higienização dos diversos espaços pertencentes ao Município: Edifício Multiusos, Edifício da Câmara, Piscinas Municipais, Loja do Cidadão, etc....
- Receção e encaminhamento dos Municípes em diferentes espaços Municipais;
- Desmontagem das salas das escolas da Feira e do Fojo para a sua requalificação;
- Apoio na montagem e desmontagem do Hospital de Campanha situado no Centro Escolar de Nelas;
- Preparação do início do ano letivo 2020/21: Fichas de Inscrição nos diversos serviços oferecidos pela Autarquia, a saber, AEC’s, Atividades de Apoio e Animação à Família; Refeições Escolares, etc. ...
- Instalação da nova empresa de confeção de refeições- Eurest Portugal. Lda.; conferência de material e inventário;
- Lançamento de procedimentos concursais para o Regime da fruta Escolar, o Programa Fruticool, material para as Escolas da Feira e do Fojo, em Canas de Senhorim;
- Preparação e elaboração de nova candidatura no âmbito do Alto Mondego’ rede cultural;
- A Biblioteca Municipal nas Redes Sociais - Manutenção de página de facebook da Biblioteca com os seguintes conteúdos – “Óscar sugere...” histórias e pequenos contos (gravação áudio e/ou vídeo), poemas, sugestões de leitura, novidades da biblioteca, destaque de autores, dicas sobre a leitura e sobre livros, dicas para as famílias, sugestões de culta;
- Leituras 100 Idade - empréstimo ao domicílio de livros aos alunos da Universidade Sénior;
- Exposição coletiva de pintura de artistas do Concelho de Nelas – Aires dos Santos, António Dias e Nelson Santos – cujos temas predominantes são as paisagens e o património das antigas Terras de Senhorim;
- Reformulação da etiquetagem das estantes nas salas de leitura (adultos e infanto-juvenil);
- Registo e catalogação do fundo documental da BMN e Bibliotecas escolares;
- Plastificação de livros e higienização dos mesmos;
- Continuação da inventariação de todo o fundo documental (cerca de 53000 documentos).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Exposição “História em Miniatura” - constituída por mais de 225 peças artesanais, elaboradas em metais, resina, madeira e pintadas à mão, que retratam diversos cenários das invasões francesas, incluindo tropas francesas, inglesas e prussianas, soldadinhos de chumbo, soldados medievais, uma réplica de um castelo do Séc. XI, bem como de engenhos de artilharia (balista romana, catapulta e trebuchet);
- Serviço de referência on-line: alguém que necessite de informação específica sobre determinado assunto, nós procedemos à pesquisa e enviamos por mail a digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações;
- A Biblioteca Municipal António Lobo Antunes recebeu no passado mês de julho, depois de cumpridos todos os requisitos exigidos, o selo "Clean & Safe". Criado e atribuído pelo Turismo de Portugal, visa reconhecer as atividades e os equipamentos turísticos e culturais que assumam o compromisso de cumprir as recomendações emitidas pela Autoridade Turística Nacional, em articulação com as orientações da Direção-Geral de Saúde, para reduzir riscos de contaminação dos seus espaços com o SARS-CoV-2 (novo Coronavírus).
- C) Informação sobre desenvolvimento social, emprego e saúde:
 - Nomeadamente:
 - Início da actividade do Contrato Local de Desenvolvimento Social de 4ª geração (CLDS-4G) – Nelas 4You – Programa de intervenção social com a duração de 3 anos, uma parceria entre a Câmara Municipal e o Centro Paroquial de Nelas, num investimento de 533 741, 90€. O Programa CLDS-4G “Nelas 4You é um instrumento de combate à exclusão social e tem como finalidade promover a inclusão social de grupos populacionais mais frágeis, através de uma intervenção de proximidade, com ações integradas de diversos agentes e recursos localmente disponíveis;
 - Celebração de contrato de emprego inserção com 3 Assistentes Operacionais em julho/2020 (1 cantoneiro, 2 limpeza e desinfeção);
 - Celebração de 3 prestação de serviços (1 para a USF Canas de Senhorim, 1 para a USF Nelas, 1 Condutor de Máquinas).
 - Atendimento de carácter informativo a 3 utentes/entidades, no âmbito do apoio técnico à criação e consolidação de projetos e ideias de negócio, nomeadamente informação sobre apoios à criação do próprio emprego e esclarecimento de dúvidas aos potenciais promotores;
 - Atendimento de carácter informativo a 5 entidades, no âmbito dos Regulamentos de Incentivos ao Empreendedorismo do Município de Nelas, bem como outras medidas de apoio, nomeadamente + COESO Emprego;
 - Foram rececionadas 6 ofertas de emprego, por entidades empregadoras do concelho de Nelas e concelhos limítrofes, compreendendo 21 postos de trabalho, para as quais foram encaminhados 53 candidatos a emprego;
 - Atendimento de 166 candidatos que recorreram aos serviços do GIP com objectivo de inscrição para emprego, inscrição em formação profissional, obtenção de informações no âmbito de medidas de integração no mercado de trabalho (estágios profissionais, contratos de emprego inserção);
 - Realização de 2 atendimentos relativos aos seguintes assuntos: auxílio a análise de correspondência estrangeira, pedidos de abonos de família e solicitação de reformas antecipadas aos países de emigração;
 - Iniciativas desenvolvidas no âmbito das medidas pandemia, covid-19

Ação / Iniciativa desenvolvida	Nº	Ele
--------------------------------	----	-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

	empresas/ pessoas	mentos
Realização em articulação com o Serviço de Emprego de Viseu de inscrições, apoiando desempregados que pretenderam fazer a sua inscrição, evitando deslocações a Viseu e na maioria das vezes ausência de resposta informativa por parte do IEFP	24 Utentes	
Realização de sessões coletivas de apoio aos desempregados, em articulação com o IEFP, em maior numero (reduzindo o n.º de candidatos convocados para casa sessão) respeitando as indicações de segurança	3 Sessões	

- Continuação da realização de algumas das actividades da Universidade Sénior nos domicílios dos alunos. Na terceira fase de desconfinamento, duas equipas da Universidade Sénior deslocaram-se a casa dos alunos para lhes “levar” actividades das áreas da música, rádio, atividade física, trabalhos manuais, expressão dramática e apoio psicológico. Foi feito um trabalho mais temático, para lembrar os momentos festivos que não foram festejados devido à pandemia, para continuar a levar algum alento e animação aos alunos;
- Acompanhamento via telefone aos alunos, com a finalidade de perceber se há dificuldades no seu dia-a-dia devido à pandemia;
- Entrega de 27 Cartões Sénior Municipal, perfazendo um total de 540 beneficiários dos descontos nos 107 estabelecimentos comerciais aderentes;
- Instrução de processos de incentivo à Natalidade, perfazendo um total de 60 incentivos atribuídos em 2018. No ano de 2009, já aprovados em reunião de Câmara até à presente data, foram instruídos 8 processos;
- Instrução e deferimento de 10 processos de incentivo à natalidade, perfazendo um total de 46 agregados familiares que requereram este apoio, desde o início deste ano;
- Mercadinho de Produtos Agrícolas – desde o início do Mercadinho em 24 de maio, foram apoiados semanalmente, com entrega de fruta e produtos hortícolas, 202 agregados familiares que correspondem a 635 pessoas;
- Fundo Especial de emergência Social – iniciou-se em junho a entrega mensal de cabazes com bens alimentares provenientes de 2 estabelecimentos comerciais do concelho a 34 agregados familiares, correspondendo a 101 indivíduos que apresentaram junto do Serviço situações de carência económica, decorrente do actual momento que se vive;
- Candidatura para reabilitação nos Bairros Sociais do Concelho de Nelas – reprogramação (Empresa Smart C);
- Protocolo Entre Município de Nelas e Associação Dignitude (2 de junho de 2020) - Rede Solidária do medicamento Programa ABEM: Diagnóstico das necessidades e formação de Plataforma para as Técnicas afetas ao referido Programa;
- Registo na Plataforma da Rede de Emergência Social de vários agregados familiares que contactaram o Serviço para obtenção de apoio alimentar;
- Atualização da base de dados com a identificação dos agregados familiares que são apoiados pelo Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas - NISS, N.º de pessoas que constituem o agregado familiar, Contacto telefónico, Morada);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Colaboração com a Empresa Vale Consultores na elaboração do Relatório Preliminar da Estratégia Local de Habitação do Município de Nelas, já na fase da apresentação do relatório final.
- D) Informação do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação:
 - Nomeadamente:
 - Migração dos servidores “antigos” para a nova infraestrutura;
 - Implementação de um servidor de *file share*;
 - Implementação de um servidor de *wsus*;
 - Implementação de um cluster de *firewall*;
 - Implementação de uma rede interna sem fios;
 - Suporte aos utilizadores da rede informática do Município de Nelas e escolas;
 - Atualização de softwares nos servidores;
 - Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;
 - Apoio remoto a utilizadores em regime de teletrabalho, face à situação de COVID 19;
 - Apoio remoto a alunos do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim e do Agrupamento de Escolas de Nelas;
 - Atualização de aplicações do ERP Airc;
 - Filmagens e Fotografias aéreas (Drone);
 - Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático;
 - Impressão de cartazes, divulgação e elaboração de notícias de vários eventos, para publicação nas redes sociais e “site” da Autarquia;
 - Cobertura fotográfica de vários eventos;
 - Elaboração de cartazes solicitados por diversas associações e relativos a diversas actividades;
 - E) Informação sobre finanças e património municipal:
 - Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 31 de agosto de 2020:
 - a) A dívida de médio e longo prazo foi de 10.588.931,66 €;
 - b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 2.237.027,93.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não sei se alguém quer fazer alguma pergunta, ou solicitar algum esclarecimento ao Senhor Presidente? Se não, passamos ao ponto 2.2, que é – Aprovação da Proposta de Revogação do Contrato de Empréstimo de 1.110.771,36 euros, aprovado em 28/02/2018 (Processo de Fiscalização Prévia n.º 824/2018, do Tribunal de Contas).

Pergunto: quem quer usar da palavra neste ponto? Senhora Deputada Maria João. Mais alguém? Senhora Deputada Maria João, faça favor.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,
Boa noite, Senhor Presidente da Câmara,
Membros da Mesa,
Caros Colegas,
Estimado Público.

Em relação a este ponto, eu juntaria os 3, este e os 2 seguintes porque, basicamente, é a mesma coisa nos seus formatos, evidentemente. Mas, para reforçar a posição de que iremos tomar, que não será novidade, que será, efetivamente, contra os três pontos, na medida em que isto, ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

fim e ao cabo, não deixa de ser uma revogação, o termo adequado, daquilo que já uma vez chumbámos, em 2018. Aliás, é esse mesmo ponto.

Sendo, na altura, tratando-se também do Projeto CAVES que, inclusivamente, o próprio Executivo fez alterações subsequentes e que, portanto, aquele projeto, na altura, para o qual se dirigia este empréstimo, foi alterado, foi minimizado, ou, pelo menos, foi reduzido. O Tribunal de Contas, chumbou. Portanto, o que significa que aquilo que nós fizemos não está fora do que é adequado na medida em que nem sequer foi aprovado também pelo Tribunal de Contas.

Por outro lado, em relação àquilo que se quer fazer agora e reformular em termos de investimentos, obviamente, não se é contra os investimentos. No entanto, há lá algumas questões que eu gostaria de ver esclarecidas pelo Senhor Presidente, nomeadamente, uma segunda fase dum Parque de Feiras de Exposições. Gostaria de saber, ou eu desconheço, qual é a primeira? Onde é que é? De que é que se trata, exatamente? Se pudesse esclarecer isso.

Depois, trata-se também, em relação aos cemitérios e valores que são, efetivamente, bastante redondos. Não há ali um valor, é 50.000,00 euros, 150.000,00 euros, valores que, de facto, penso que mereciam, para se ir fazer um empréstimo, mais um empréstimo aos muitos que já se somam e ao endividamento desta Câmara, que deveria ser melhor explicado, digamos, números mais exatos, certamente menos redondos, para se perceber a real necessidade do montante que depois se soma ao empréstimo.

Inclusivé, o Projeto CAVES, mais uma vez falamos no Projeto CAVES. Esse projeto, ao fim e ao cabo, estamos aqui, vamos entrar no último ano do mandato e continuamos a falar no Projeto CAVES que, mesmo sendo remodelado continua sem se perceber, sem conhecer e quando é que começa, o que é que vai acontecer, se é para acontecer. Andamos aqui com este projeto de arrasto.

Já agora, como as ETAR,s, só aproveitar aqui, não tem nada a ver já com isto. Mas, um bocadinho, a talhe de foice, enfim, quando é que vemos a 1.ª ETAR a funcionar, sendo já aqui um processo cansativo e repetitivo deste mandato.

E é tudo. Obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Deputada.

Então, não havendo mais ninguém inscrito, o Senhor Presidente quer usar da palavra?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Portanto, relativamente a este ponto, o que está em causa é a revogação do empréstimo de 1.110.771,36 euros, que foi aprovado por esta Assembleia Municipal anteriormente e que foi devolvido pelo Tribunal de Contas e que sustentava a construção do Projeto CAVES, que estava estimado, na altura, de 1.500.000,00 euros e que foi aberto um concurso, que ficou deserto, de 1.200.000,00 euros. E, depois, em sintonia com a Junta de Freguesia de Santar, foi reprogramado para uma outra obra, de que existe projeto atualmente.

Está garantido o financiamento, continua garantido o financiamento de 400.000,00 euros do Turismo de Portugal no âmbito do Programa VALORIZAR. E, portanto, o projeto que existe atualmente são 750.000,00 euros, mais IVA, que permite construir, recuperar a Bogaria, construir uma infraestrutura perto de 400 m² para utilização coletiva em Santar, polivalente para as associações e para a realização de eventos. E também anexo a esse polivalente, também um conjunto de salas que podem ser utilizadas pelas associações, particularmente, pelo Grupo de Cantares. Também estava projetado para a Banda e para outras associações. E, portanto, foi consensualizado com a Junta de Freguesia. Foi, entretanto, também coordenado e compatibilizado com o Projeto do Hotel da Casa das Fidalgas que está em construção. Aliás, o Arquiteto que fez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

agora este novo projecto foi o mesmo Arquitecto que fez o Projeto de Requalificação da Casa das Fidalgas, para integrar os dois projetos, quer o CAVES e o Projeto da Casa das Fidalgas.

E, portanto, é possível, com o valor inferior, fazer, lançar, imediatamente, o concurso porque o projeto está feito, o projeto de especialidades. E, aprovado que seja, se a Assembleia assim o entender o empréstimo, será, imediatamente, lançado o concurso porque, sendo uma obra plurianual e havendo depois necessidade, no empréstimo, do Visto do Tribunal de Contas e pelas razões que eu explicarei depois, não haverá qualquer reserva por parte do Tribunal de Contas relativamente a este empréstimo, nós lançaremos, imediatamente, o concurso do Projeto CAVES para ver se esta obra arranca o mais rapidamente possível.

Mas, do que se trata aqui é, de facto, da revogação deste empréstimo, exclusivamente, por esta razão, porque a obra, aquela obra, mesmo hoje, a obra como estava, nunca ficaria num valor inferior, muito próximo dos 2 milhões de euros. E, portanto, em consonância com a Junta de Freguesia e com as necessidades também de Santar, foi reprogramado e por isso é que decidimos pedir a revogação deste empréstimo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora, uma vez que não está mais ninguém inscrito, vou pôr à votação o ponto 2.2 e pergunto: Quem vota contra? Três votos contra da Bancada do PSD. Quem se abstém? Absteve-se a Senhora Deputada Maria José, o Senhor Deputado Manuel Henriques, o Senhor Deputado Bruno Pina e o Senhor Deputado João Alfredo, da Bancada do CDS. Portanto, 18 votos a favor. Está aprovado.

Se calhar, lemos as minutas todas no fim para não estarmos a passar o microfone. Já fizemos assim da outra vez e acho que resulta.

Passamos, então, ao ponto 2.3 – Discussão e votação do Pedido de Autorização Prévia dos Investimentos a financiar pelo empréstimo de médio e longo prazo para o Financiamento de Investimentos Municipais 2020.

Quem quer usar da palavra neste ponto? O Senhor Deputado Manuel Henriques, mais alguém? Sousa. Mais alguém? Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente,

Senhor Presidente, sobre este ponto e como primeiro eleito da Bancada do CDS, vou tentar ter alguma coerência sobre o assunto. Nós temos manifestado, desde o início do mandato, a nossa preocupação, eu penso que de forma consistente, quer aqui, quer nas reuniões de Câmara, quanto á preocupação com o nível de endividamento do Município.

O que está aqui a ser proposto e vou separar os temas, ao nível financeiro, para mim, acho que é um desastre. E a palavra é esta. Nós estamos a criar dívida sobre dívida. Estamos a chegar a uma cifra de 6 milhões de euros de dívida contratada neste Município, neste mandato. O Município revela-se gastador e pouco preocupado com os próximos mandatos. O Município, pura e simplesmente, candidata-se aos Programas em que os fundos vêm com uma componente a fundo perdido e a parte restante é sempre com financiamento. E verifica-se, de facto, a Tesouraria muito fraca desta gestão. É uma desconsideração, eu acho que, enorme sobre os próximos anos.

Se pensarmos que o período de carência são dois anos, basicamente o que o Dr. Borges da Silva, legitimamente, vem aqui trazer e percebo que o faça, é dizer: Por favor, financiem-me a próxima campanha eleitoral. Tenho aqui uma série de intervenções que quero fazer. Tenho umas eleições para ganhar. Isto são custos para chutar lá mais para a frente. Por favor, financiem-me a campanha eleitoral. É isso que está aqui em causa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Eu vou-vos ser sincero: Nós vamos passar por uma crise maior que esta que estamos a sofrer hoje, uma crise demográfica muito grande. Infelizmente, para nós, mais ano, menos ano, vai regressar a conversa da nossa organização autárquica nacional. Vai haver sempre pessoas que vão achar que há muitos Concelhos e muitas Freguesias. O nosso Concelho passou por uma grande dificuldade económica há 10 anos. Restabeleceu-se, fruto dos compromissos que também, em certa maneira, foram impostos.

Neste momento, estamos a resvalar, novamente. E, eu creio que o Dr. Borges da Silva, no dia que cumprir o segundo mandato, se abandonar nessa altura a vida política ativa, eu penso que será para o ano, vai deixar uma situação muito complicada a quem lhe suceder. E eu temo, temo que vamos pagar, como se diz popularmente, com língua de palmo esta estravagância.

Depois, a parte financeira, só por si, a meu ver, merecia uma rejeição. Depois, na parte de substância, obviamente que há aqui intervenções que toda a gente concorda. Mas também há outras que eu acho que são, extremamente, discutíveis. Eu vou falar um pouco em causa própria. Eu, quando vejo o projeto da Casa da Cultura de Canas de Senhorim em que, basicamente, o Município já lá deixou 150.000,00 euros e vem-se dizer que, com um contrato-promessa assinado, que a proprietária não faz a escritura se não fizer A, ou B.

Olhe, Senhor Presidente, eu vou tentar ajudá-lo. Ela é obrigada a fazer o contrato consigo. E, se não o fizer, não lhe dá 150.000,00 euros, dá-lhe 300.000,00 euros. O que já dá para reparar imensas vias aqui no Município. Vai-se financiar no incumprimento de um terceiro. E vou-lhe dizer mais: É um projeto que, embora sendo na minha terra, tenho bastantes dúvidas sobre ele. Se bastantes dúvidas sobre se é interessante para o Município persistir nisto, vai ter que lá deixar, para ter um edifício decente, 1 milhão e meio de euros, ou 2 milhões de euros. Não vejo como vai fazer de outra forma. Não sei se é interessante para nós encostarmo-nos a um proprietário que, pelos vistos, em 12 anos, não conseguiu fazer nada ali. Quer dizer, é esse proprietário que nos encosta à parede? Que diz que nós temos que fazer A e B?

É um proprietário descapitalizado que está, totalmente, dependente de nós. Não vejo como é que ele nos possa ser um, digamos, aqui um estorvo na negociação. Causa-me muita dúvida porque estamos a falar de coisa nenhuma. Depois, os projetos estão feitos, os projetos estão feitos? Quer dizer, quem conhece a legislação de projetos, projetos feitos há 10 anos são para deitar no lixo. Com o que mudou, em termos de segurança contra incêndios, certificação, isso é uma falácia. Não está projeto nenhum feito, é tudo para o lixo. Pronto.

Eu admito que haja quem tenha uma opinião diferente. Mas eu, sinceramente, não vejo isto, não vejo isto como uma coisa, minimamente, estruturada.

Podia dizer o mesmo do Projeto CAVES. É interessante, deve ser interessante, certamente para a Vila de Santar. Seria mais se eu conhecesse o projeto ligado à nossa indústria do vinho e ao turismo. Mas, o que vejo é umas salas para umas associações. Quer dizer, coisas importantes, mas eu vejo é que o essencial fica para trás e estamos aqui a pensar no folclore e na fanfarra para campanha eleitoral.

Os cemitérios, aí os cemitérios, quer dizer, eu não ando há tantos anos como muitos aqui na política local, mas há 5, ou 6 anos que eu vejo obras no cemitério de Vilar Seco, no de Senhorim. O de Canas de Senhorim já esteve com placas. A Junta de Freguesia era contra, agora parece que até assinou um protocolo a dizer que é a favor. Se é no mesmo sítio. Não sei se é no mesmo sítio. A informação que nos é trazida aqui também não é esclarecedora. Eu não percebo, por exemplo, no cemitério de Canas de Senhorim, se é aquele em frente à Estação, ou não é. Não percebo. Não está escrito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E é isto que me pedem para aprovar aqui? Não aprovo. Não aprovo, por uma razão, é financeiramente um desastre. O Município vai ficar manietado. Isto deve ser chumbado. E as propostas de substância estão mal fundamentadas. E acho que devia ser repensado esta forma de trabalhar. Acho que não vale tudo em política. E ganhar umas eleições não justifica que nós andemos aqui a jorrar dinheiro para particulares em propostas que estão mal fundamentadas e algumas que eu referi aqui, como a Casa da Cultura de Canas de Senhorim, parece-me, claramente, que o interesse público não está salvaguardado.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Sousa, faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Boa noite, Senhor Presidente,

Senhor Presidente da Câmara,

Boa noite a todos.

Eu venho aqui falar sobre este ponto, exatamente, sobre este ponto, que é o ponto 2.3 - Pedido de Autorização Prévia dos Investimentos a financiar pelo empréstimo de médio e longo prazo. Não vou, ainda, falar sobre o empréstimo em si, mas já vão perceber porque é que eu venho falar sobre este ponto.

Primeiro, quero aqui deixar bem claro e acho que já disse aqui nesta Assembleia, se não disse nesta, disse na anterior, mas é provável que também tenha dito aqui, eu não sou contra os empréstimos, por princípio. Claro que tudo isto tem que ser equilibrado. Mas, não sou principalmente, por todos os empréstimos que tenham co-financiamentos, porque acho que qualquer empréstimo, que se peçam 100.000,00 euros e que se possa fazer, com esses 100.000,00 euros de empréstimo, 300.000,00 euros de obra, quando os outros 200.000,00 euros são a fundo perdido, acho que é um bom negócio.

Claro que não vamos agora candidatar-mo-nos a tudo e mais alguma coisa, sem ter capacidade, depois, de pagar, porque tudo isto tem que ser muito bem, muito bem, muito bem visto. E, neste aspeto, tanto me faz serem co-financiados pelos fundos comunitários, como por fundos nacionais, via Orçamento Geral do Estado, normal. Esta é a minha posição de princípio relativamente a isto.

Depois, venho aqui porque, sem dramas, dizer as coisas que eu penso, o Senhor Presidente da Câmara, já tive oportunidade de falar com ele sobre este tema algumas vezes e sabe, mais ou menos, aquilo que penso sobre isto, não sobre o empréstimo em si, ou a necessidade do empréstimo, ou as necessidades de empréstimos, mas o timing e os valores deste empréstimo.

E venho aqui sem dramas, sem dramas político-partidários, com uma base construtiva, lançando uma ideia que, não sei se depois a Assembleia a vai aceitar, ou não, mas, de qualquer modo, nem ficaria bem comigo próprio e acho que até numa missão de cidadania, nós estamos aqui é para isto, para discutir ideias e depois a democracia funciona e a maioria vota.

Qual é o principal motivo da minha intervenção? Nós estamos, essencialmente, todos, estamos em tempos muito incertos. Estes tempos que nós passamos, principalmente, por causa da pandemia, vão obrigar, de certeza e já estão a obrigar, não é só o que irão fazer, vão, concerteza, obrigar a reprogramar as necessidades e os financiamentos num futuro próximo. Até porque começa a haver notícias de intenções, pelo menos, vindas de grandes apoios comunitários. No próprio Governo fala-se no Programa de Estabilização Económica e Social, uma quantidade de dados e de estratégias, mas que nós ainda não sabemos, exatamente, quantificar isso e como é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

isso vai, dentro de, ou, pelo menos, parte das coisas, no próximo ano talvez, vai necessitar, ou não, de um abate de financiamento para obras, da própria Autarquia.

Há aqui outro fator, na minha opinião, que é importante também falar, que é: nós estamos em meados de setembro, estamos a iniciar, ou estão a ser iniciados os contactos, pelo menos pelo que a imprensa diz, para o Orçamento Geral do Estado de 2021. E, neste Orçamento Geral do Estado, penso eu, serão efetivados, ou, pelo menos, teremos o mínimo de fidelidade daquilo que o Programa de Estabilização Económica e Social, pelo menos, esse, via Orçamento Geral do Estado, irá definir, com certeza, as possibilidades efectivas em que vão assentar as bases de desenvolvimento da região aonde nos localizamos e das necessidades de financiamento necessárias e previstas para os próximos anos, ou, pelo menos, para o próximo ano. É provável que até se estenda para os anos seguintes.

Até agora, nós temos visto um número de intenções do Governo que se destinam, essencialmente, a infraestruturas para melhoria das capacidades industriais e económicas e para o aumento da coesão territorial. Mas, só o Orçamento Geral do Estado para 2021 nos irá dar alguma luz para ver o que vai ser feito, ou as disponibilidades para esse fim. Será após a apresentação do Orçamento Geral do Estado e do estudo do Orçamento Municipal, que também está, com certeza, já iniciado, ou se não está já iniciado, está em vias de ser iniciado o estudo, eu estou a dizer, o estudo para o Orçamento para 2021, se poderá avaliar, na minha opinião, os impactos das receitas correntes e das transferências de capital e, desta forma, delinear-mos quais as verdadeiras necessidades do financiamento que venha a ser necessário.

O que nós estamos aqui a discutir é que o Município, ou o Executivo Municipal, pede à Assembleia Municipal contratualizar um empréstimo para financiar um conjunto de investimentos que estão perfeitamente definidos, mas que esse empréstimo ultrapassa os 10% das despesas de investimento do Orçamento do exercício. Isto é, há dois valores, um é 7 milhões e muita coisa e outro é 8 milhões e pouca coisa. Não sei qual deles é que é considerado para este cálculo. Mas, de qualquer modo, os 10% andam por volta de 800.000,00 euros, mais coisa, menos coisa.

O que propõe o Executivo é financiar-se acima deste valor. Por isso é que estamos a discutir este ponto porque, senão, já estávamos a discutir o seguinte. Com base naquilo que eu disse antes e porque acho que, e não devo deixar de dizer que reconheço, perfeitamente, a bondade da prioridade das obras apresentadas. Ninguém está a pôr em causa a necessidade daquelas obras e a urgência de algumas. Mas, eu tenho a certeza absoluta de que se pedirmos à maioria dos Senhores Deputados aqui presentes que façam uma lista de obras que acham necessárias, se calhar, daqui a meia hora, aparecem aqui 10, ou 20 listas diferentes, se calhar, mais de 1.600.000,00 euros, 2 milhões de euros, 3 milhões de euros, 4 milhões de euros. Eu, próprio, se calhar, se me dessem largas, faria uma quantidade delas.

O que é que acontece? Com estes 800.000,00 euros, se não for dada esta autorização de ultrapassagem dos 10% de financiamento, nesses cerca de 800.000,00 euros, caberiam a todas as obras que estão aqui elencadas, que já são co-financiadas e que eu, de cruz, concordo logo com elas e ainda sobraria. Estamos a falar, se não me engano, Senhor Presidente, da obra do Projeto CAVES, da obra da rotunda do Chão do Pisco e daquilo que está aqui - Parques, Feiras e Exposições, que penso que engloba aqui também o Parque de Campismo e Caravanismo, que está tudo co-financiado.

Devido a tudo isto, eu acho que é cedo para estarmos a fazer já, a utilizar a capacidade de endividamento de parte da capacidade de endividamento da Câmara, sem termos acesso a estes valores do Orçamento Geral do Estado e do que o próprio Orçamento Municipal prevê para o próximo ano de 2021. Esta é a minha opinião pessoal. Posso estar completamente errado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, depois, podem ser abertos Programas através do Orçamento Geral do Estado, onde, depois seja necessário fazer financiamento e estamos um bocado curtos na possibilidade de financiamento porque estes 1.600.000,00 euros não são excecionados, não é? Se eu estivesse aqui a falar há uns 10 anos atrás, se calhar estava a dizer: Não, não, fogo à peça. Mas, agora, se calhar, talvez a idade e esta pandemia e tudo isto deixa-me um bocadinho com, como se costuma dizer: cautelas e caldos de galinha não fazem mal a ninguém.

E há um princípio da boa gestão que é o princípio da prudência. E, em nome desse princípio da prudência, eu acho que estas obras co-financiadas deviam ser imediatamente, financiadas, até porque estão prontas para arrancar. Não tenho dúvidas nenhuma disso. Deviam ser financiadas por empréstimo porque, ao contrário daquilo que disse o meu anterior Orador, eu acho que tudo que seja possível financiar através de financiamento bancário, desde que seja co-financiado, vai libertar no Orçamento Municipal as verbas necessárias para fazer outras obras, que também são importantes e que não têm maneira nenhuma de serem co-financiadas e que, daqui a 2, ou 3 meses, depois do Orçamento Geral do Estado estar feito, depois do Orçamento Municipal estar feito e até porque estou convencido que parte das outras obras que estão aqui, não digo todas, podem, perfeitamente, ser acomodadas no Orçamento Municipal. Depois disso, e num estudo profundo feito pelo Executivo, porque é o Executivo que vai ter que fazer esse estudo, propor um novo financiamento para aquilo que seja necessário.

Ora bem, mas aqui põe-se um problema legal: Nós, nesta Assembleia Municipal, não podemos alterar valores, não podemos alterar nada da proposta do Executivo. Por isso, como eu, com base neste princípio da prudência de gestão e da necessidade que eu vejo, que eu sinto de esperar algum tempo de modo a que possamos estudar os futuros financiamentos bancários, que vão ser necessários com certeza, só vejo uma maneira de tentar resolver o problema. E, porque acho que o valor que é muito grande para este momento. Se calhar, daqui a três meses, direi o contrário, só vejo uma saída: é votar contra este pedido de ultrapassagem dos 10%. E é isso que eu ponho à consideração da Assembleia.

Se acharem que o princípio da prudência deve estar por cima de outro princípio que, com certeza norteou e com toda a legitimidade a discussão que penso que se passou no Município, no Executivo Municipal, deve-se votar contra este aumento.

Por isso, eu, sinceramente, só vejo esta saída para manter este princípio da prudência, que eu acho que é importante, que é votar contra. Não contra, porque não é isso que estamos aqui a tratar, o que estamos aqui a tratar é o pedido de autorização prévia para os investimentos que ultrapassem os 10% da despesa de investimento, que são cerca de 800.000,00 euros se não me engano.

É tudo para já, muito obrigado. Terminei.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente, quer dar esclarecimento neste ponto?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, Senhor.

Bom, relativamente ao que referenciou o Membro da Assembleia Municipal Senhor Dr. Manuel Henriques, eu vou dizer o seguinte: O que está em causa aqui nestes empréstimos, no pedido de autorização prévia de investimentos a serem financiados, V. Ex.^a chamou obras para ganhar as próximas eleições, mas a minha preocupação fundamental, quer no que está aqui, quer no que tenho feito até agora, é realizar aquilo que é, absolutamente urgente e essencial para honrar os compromissos da Câmara Municipal e aproveitar financiamentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E estamos a falar do Projeto CAVES, em Santar, que foi reprogramado, como eu já expliquei há pouco para 750.000,00 euros, mais IVA, que dá à volta de 800.000,00 euros. Estamos a falar de ampliações de cemitérios. O cemitério de Canas de Senhorim, Senhor Sousa, é capaz de ter 30, ou 40 metros quadrados e, portanto, não sei, se houver uma calamidade em Canas de Senhorim, se podemos esperar 3, ou 4, ou 5 meses para fazer um financiamento. E, portanto, eu queria arrancar, ou continuar aquilo que já está feito em Canas de Senhorim, que é alguns alicerces do cemitério e o aterro que foi sendo possível carregar para lá, para Canas de Senhorim e agora, com 100.000,00 euros, é possível fazer dois talhões, os muros e os arranjos exteriores do cemitério. Portanto, é uma obra, absolutamente, prioritária de fazer.

Os valores redondos que aqui estão são absolutamente insuficientes, Senhora Eng.^a Maria João, para o cemitério, mas são uma ajuda porque hoje recebi o orçamento para o cemitério do Folhadal e são 75.000,00 euros, mais IVA. A compra e a regularização do terreno do cemitério do Folhadal foram 40.000,00 euros, mais 75.000,00 euros, mais IVA, para construir o cemitério do Folhadal, 50.000,00 euro não chega. Mas o empréstimo é 1.600.000,00 euros. Não é 2 milhões de euros, ou 3 milhões de euros, ou 4 milhões de euros.

E, portanto, há aqui uma ajuda porque há outros projetos na Câmara a decorrer. Há outros investimentos a decorrer na Câmara Municipal que têm contrapartida, que não está financiada em financiamento bancário, o CRO, que só temos um financiamento de 50.000,00 euros e ele foi concursado por 110.000,00 euros, ou 112.000,00 euros, do Orçamento da Câmara. E temos muitas outras obras que não estão ao abrigo de financiamento nenhum e que o Orçamento Municipal é que está a cobrir a parte da componente nacional. Nem todas as obras, a Escola Primária de Santar não tem financiamento nenhum e está lá um investimento de 250.000,00 euros. A Escola Primária de Santar não tem financiamento nenhum. Só têm financiamento do Centro 2020 as Escolas Primárias de Vilar Seco, de Carvalhal Redondo, do Fojo e da Feira. A Escola Primária de Santar foi, integralmente, paga pela Câmara Municipal e tem lá um investimento de quase 250.000,00 euros. Ainda estão a decorrer obras dos anexos. E muitas outras obras. Estamos a falar de cemitérios.

Depois, a rotunda do Chão do Pisco, já veio o protocolo da IP para se lançar o procedimento. Portanto, já está a Câmara em condições de lançar o procedimento. Houve alterações. Fica, ligeiramente, um bocadinho mais cara, mas não muito, só mais 30.000,00 euros, fruto de umas correções que houve necessidade de fazer no projeto. Mas, não é por aí.

A Casa do Frazão, só um esclarecimento, Senhor Dr. Manuel Henriques, existe um projeto atualizado. E, posso-lhe mostrar o projecto. Nós candidatámos esse projeto a uma candidatura que havia, que se chamava BEM – Beneficiação de Equipamentos Municipais. Foi feito pelo Gabinete de Arquitetura Inplenitus, de Lisboa, e temos o projecto de arquitectura e especialidades actualizado, não é de há 10 anos. Está pronto a lançar o procedimento. Se for à Plataforma ACINGOV, a quem adjudicámos, por 10.000,00 euros a feitura do projeto do loteamento da parte de trás. Há dois contratos. E o contrato-promessa de compra e venda da Casa está ligado ao contrato do loteamento.

Sei ler os contratos e uma batalha judicial relativamente à execução específica do contrato, ou ao incumprimento do contrato-promessa dos 150.000,00 euros que a Câmara já pagou há 7 anos atrás, não tenho a certeza de que a Câmara ganhe o processo porque a Câmara ainda não fez o loteamento, e a Câmara obrigou-se a fazer o loteamento.

Portanto, o que é que vamos fazer? O loteamento. E começar a consolidar com estes 200.000,00 euros, obrigar a Senhora a fazer a escritura, começar a consolidar a Casa do Frazão para ela não cair, fazer o bruto, porque é uma obra que não fica em 2 milhões de euros, ou 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

milhões de euros, nada disso. O orçamento da recuperação da Casa do Frazão, incluindo com um Auditório para cerca de 120 pessoas, fica, no máximo, em 600.000,00 euros. É o orçamento que nós lá temos. E, se quiser posso mostrar os projectos e o orçamento.

O Centro Comunitário de Vila Ruiva só foi possível com o dinheiro do Fundo de Solidariedade da União Europeia fazer a parte, o bruto da obra, a parte de fora. Por dentro, as redes, acabar a obra por dentro não foi possível porque os orçamentos que nos foram apresentados na altura eram na ordem dos 350.000,00 euros, 400.000,00 euros. Como só recebemos 240.000,00 euros ainda assim, não foi possível realizar. Estão aqui 150.000,00 euros para acabar uma infra-estrutura importante, que pode também ser decisiva para candidatar ao Projeto PARES 3.0, cuja Portaria e Regulamentos, já foram publicados e o Aviso está para sair. E, portanto, está para sair para nós podermos candidatar o Centro de Dia e Lar de Carvalhal Redondo e, eventualmente, esta infra-estrutura de Vila Ruiva, que está construída e se a acabarmos, eventualmente, ainda vamos a tempo de conseguir o financiamento para esta parte de Vila Ruiva.

Depois, a Remodelação da Rede de Abastecimento de Água e de Saneamento do Concelho, estão aqui 200.000,00 euros que é para substituir a conduta de fibrocimento da água da rua principal de Nelas, que rebenta todas as semanas. Aliás, andou o Senhor Vitor Silva, que nós estamos a fazer um concurso, atualmente, para calceteiro, andou o Senhor Vitor Silva, esta semana, a repor as calçadas na rua principal de Nelas, em vários sítios, aqui na Av.^a João XXIII e na rua principal de Nelas. Portanto, não sei se a conduta de fibrocimento da água também pode esperar esse tempo todo.

Em relação ao Parque de Feiras e Exposições, dar apenas uma explicação. O Parque de Feiras e Exposições vai ter duas fases. Uma delas é a vedação da feira. Abrimos um procedimento. Também podem ir confirmar à ACINGOV. Ficou deserto. Que eram 53.000,00 euros, mais IVA e ninguém concorreu. E tivemos que pedir novos orçamentos para fazer a vedação do novo recinto da feira porque temos que deslocar a parte que vai ficar para o Parque de Caravanismo para a zona poente das casas de banho. E custa à volta de 70.000,00 euros a vedação total da feira, que vamos vedar com uma vedação de dois tijolos, um murete e uma vedação em rede, com portões. E, depois, fazer, internamente, também os caminhos e as divisões para os feirantes e para o público. E, portanto, o valor que vem aqui é esse reforço para fazer essas benfeitorias no interior, porque a 1.^a fase está naquele empréstimo dos 450.000,00 euros.

E, depois, vem aqui o montante para Requalificação da Rede Viária pois que há manifestamente situações de rede viária que se não for por esta via e, está sempre a ser necessário não obstante o grande esforço que nestes sete anos se tem feito e aproveitado todos os meios financeiros que estão ao alcance da Câmara, ao alcance, seja por via de Girabolhos, seja por via do Fundo de Solidariedade da União Europeia, seja com aplicação de algumas receitas da Câmara. Já se pavimentaram, sei lá, arrisco, fiz a conta a mais de 30 kms de rede viária, a última das quais foi a Estrada Velha de Nelas a Carvalhal Redondo e que, como obra a mais, meteu-se como obra a mais no Sistema Intercetor, e que a Câmara tem que pagar e não tem a certeza porque, sendo uma obra a mais, não tem a certeza que seja recebido do PO SEUR.

Tem compromissos antigos que é obrigada a cumprir. O loteamento do Prado, foi feito o loteamento, a Câmara vendeu uma série de lotes em Vilar Seco e não fez o loteamento do Prado. E a Câmara tem que cumprir. Tem que fazer o loteamento. Tem que fazer os passeios e a estrada que vai do Centro de Dia até ao arruamento em cima. Ainda não fez a rua do loteamento do Prado. A Estrada da Orca, a chamada Estrada da Orca, Municipal, do cimo de Vilar Seco, está miserável. Não sei se algum dos Senhores, recentemente, já lá passou, tem que ser pavimentada. A Estrada de Senhorim a Abrunhosa. Temos estado em contacto com a Junta de Freguesia, eventualmente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

também com a ajuda da Junta de Freguesia de Senhorim, também está num estado miserável e tem que ser intervencionada.

Há muita gente já em arruamentos, há décadas, a viver em arruamentos de terra batida, há décadas, no Concelho. E, portanto, o que está aqui em causa é $\frac{2}{3}$ deste financiamento. Já estavam aprovados pela Assembleia Municipal.

Dr. Manuel Henriques: nos últimos, estimo que em 2014, desde 2014 até 2021, aquele ano em que o Senhor previu que eu deixarei de ser Presidente de Câmara, amortizarei de empréstimos 7.500.000,00 euros. 7.500.000,00 euros. Nos primeiros 4 anos foram quase 4,5 milhões de euros. E com este empréstimo, estamos a contratar 6 milhões de euros. Mas a contratar empréstimos para quê? Pagámos 7,5 milhões de euros, muito dele, sabe para que é que foi? Empréstimo de reestruturação, de 11,5 milhões de euros, contratado em outubro de 2012, muito dele para pagar coisas que não eram investimentos. Também foram feitos investimentos. Mas, muita coisa não eram investimentos.

Mas estes empréstimos, que foram contratados, foram 450.000,00 euros para investimentos, 1.514.000,00 euros para o PO SEUR, para obras do PO SEUR, 202.000,00 euros para obras do Centro 2020, que é obras de reabilitação urbana, que já foram feitas e a Loja do Cidadão, empréstimo BEI – 1.990.000,00 euros, que é para o reservatório de água de Nelas, de 4.000 m³ de água, para não mais faltar água em Nelas e quando houver uma falta de água de Fagilde, nós termos uma reserva de 4.000 m³, não é para Nelas, é para o Concelho inteiro, 1.700.000,00 euros deste 1.900.000 euros é para Requalificação da Área de Acolhimento Empresarial de Nelas e para fazer mais 31 lotes e 266.000,00 euros são para aquilo que está, que não é financiável pelo BEI. Portanto, se todo este dinheiro for gasto, é dinheiro para investimento, gerador de investimento e de riqueza, de Ciclo Urbano da Água, Requalificação de Zonas Industriais, Reabilitação Urbana.

E, portanto, se estes 6 milhões de euros forem gastos, a pesada, disse que a desconsideração pelos próximos anos, eu peço perdão, construir ETAR,s, reservatórios de água, eu acho que é consideração pelos próximos anos. Não é desconsideração pelos próximos anos. Portanto, o que estou a propor à Câmara, com o devido respeito, é consideração pelos próximos anos. Sendo certo o seguinte: Relativamente aos argumentos do Senhor António Sousa e do princípio da prudência, com o devido respeito, acho que o Senhor António Sousa está a ser mais papista que o Papa, que o próprio Governo. Porquê?

Para já, porque, como se vê pelos mapas da capacidade de endividamento do Município, que estão juntos ao mapa de empréstimo, a capacidade de endividamento do Município é de 14.254.000,00 euros, o limite máximo de endividamento do Município. E, existe uma margem de endividamento do Município, neste momento, de 3.366.000,00 euros, 3.366.000,00 euros. E, portanto, estamos a contratar um empréstimo de 1.600.000,00 euros. Portanto, fica margem de endividamento do Município. O Município não fica sem margem de endividamento.

Além do mais, estamos também, para obras, absolutamente, essenciais, a corresponder ao Programa de Estabilização Económica e Social do próprio Governo, que, uma das medidas que instituiu para, passada a fase, que eles consideram a fase sanitária, que consideram a fase da emergência, que era a fase sanitária, a fase de estabilização e a fase da recuperação, uma das medidas da fase da recuperação é, precisamente, a de dar condições aos Municípios para aumentarem a capacidade de investimento. E, precisamente, uma das medidas para aumentar a capacidade de investimento dos Municípios era alterar os limites de endividamento dos Municípios com a revogação da limitação da utilização de apenas 20% da margem disponível no início de cada ano.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Essa exceção, esse travão do aumento dos 20% já saiu na Lei n.º 35/2020, em que, de facto, foi para os anos de 2020 e 2021, excepcionado que as Câmaras não estão amarradas ao limite de aumento, no ano, de aumento de endividamento dos 20%, da margem que tinham no dia 1 de janeiro, no início do ano, durante este ano de 2020 e 2021. Portanto, o Governo está, precisamente, a dizer o contrário daquilo que o Senhor António Sousa disse aqui. Precisamente, o contrário. Está a dizer aos Municípios para ajudarem o País, através de investimento e investimento que gera emprego, que gera riqueza, que põe a economia a funcionar. Ainda por cima, não estou aqui a falar em investimento sumptuário, estou aqui a falar em investimento necessário, obrigações, absolutamente, necessárias por parte da Câmara Municipal.

Tenho já e todos têm também notícia disso que o Governo Português já pediu adiantamento de 1.200 milhões de euros do Fundo, do RIACT, do Fundo de Emergência que vem. São financiamentos a 100%. Portanto, não há componente nacional. Estes 15 mil milhões de euros que vêm e que o País tem que gastar nos próximos 6 anos, muito do dinheiro vem nos próximos 3, é financiamento a 100%. Não há componente nacional. E, portanto, a Câmara tem sido contactada também para indicar alguns dos investimentos. Nós indicámos a Zona Industrial, a Variante de Nelas e indicámos outros investimentos estruturantes para o Município de Nelas.

E não é crível, não é nada credível e aliás, as propostas da Associação Nacional de Municípios vão todas nesses sentido, que, no momento de dificuldades e a Câmara de Nelas já anda muito próximo dos 300.000,00 euros, este ano, com gastos diretos, decorrentes do COVID-19, para apoio à situação do COVID-19, seja em termos de máscaras, de informática, EPI,s, tudo o que é relativo ao COVID-19, não é crível que o Governo de Portugal, no Orçamento de Estado para 2021, faça cair as receitas dos Municípios. Isso não é crível. Bem pelo contrário, a preocupação do Governo é no sentido de que os Municípios são, absolutamente, estruturas essenciais, os 308, no sentido de, eles próprios, na capilaridade que têm no País, ajudarem o País a criarem emprego e a não deixarem que o Produto Interno Bruto caia tanto porque o investimento público também contribui para essa situação.

Portanto, não, não compreendo, não compreendo que, sendo necessidades, absolutamente, essenciais, que têm que ser realizadas e estando a decorrer outros investimentos, neste momento no Município que têm um esforço de Tesouraria também considerável sobre a Câmara Municipal, que não haja condições, e está salvaguardado, naturalmente, pelas razões que eu expliquei, a situação económica e financeira da Câmara.

Por outro lado, tanto assim é que o empréstimo foi posto a concurso, apareceram 5 bancos, 5 entidades bancárias e a Caixa de Crédito Agrícola fez uma proposta, absolutamente, extraordinária de contratação do empréstimo à Câmara Municipal. E, portanto, esse princípio da prudência que o Senhor António Sousa apela, cá estará o Orçamento para 2021, porque ainda há um Orçamento da Câmara para 2021 que, naturalmente, está dotado de despesas correntes e de despesas de investimento e com esse, não vejo que a diferença dos 800.000,00 euros não seja, perfeitamente, comportável nesse Orçamento para 2021.

Portanto, não vejo também porque é que não se há-de aprovar este empréstimo e depois do Orçamento de 2021, se houver necessidade de fazermos um ajustamento nesse Orçamento, relativamente às necessidades em função do Orçamento de Estado de 2021. São apenas 800.000,00 euros. Porque é que não se há-de fazer ao contrário? Se temos oportunidade agora e financiamento bancário já aprovado, aprovado também em reunião de Câmara com apenas um voto contra? A proposta da Câmara teve apenas um voto contra. Porque é que não se aprova isto e no Orçamento Municipal, que até foi dilatado o prazo, que pode ser apresentado até novembro, entretanto se verifica a proposta do Orçamento do Estado e se houver necessidade de fazer algum



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

ajustamento no Orçamento Municipal, são apenas 800.000,00 euros. Não estamos a falar de 1 milhão de euros, ou 2 milhões de euros, ou 3 milhões de euros. Far-se-á, então, nessa altura esse ajustamento.

Não vejo necessidade, depois, de estar, outra vez, em dezembro, janeiro, ou fevereiro, aí sim, a 6 meses das eleições, a levar mais um empréstimo a reunião de Câmara. Mais uma discussão na reunião de Câmara. Mais uma discussão na Assembleia Municipal. Portanto, eu apelo aos Membros da Assembleia Municipal. O que estão aqui são investimentos que são reclamados por todos. Eu fui eleito para um mandato de 4 anos, não foi de 3 e eu queria cumprir aquilo, ou cumprir a maior parte daquilo que me comprometi há 3 anos. E a Assembleia é livre de aprovar, ou de reprovar este empréstimo.

Eu estou a, dentro do equilíbrio e eu considero que, se a Câmara tiver e como tem e como têm passado todas as Contas, obrigação de amortização de médio e longo prazo, anual, até 1 milhão de euros, anual, de amortização de médio e longo prazo, atualmente, paga na ordem dos 700.000,00 euros, mas, até 1 milhão de euros de amortização, para fazer estes investimentos, que ficam feitos.

Meus amigos, estou a falar de cemitérios, estou a falar de condutas de água. Os Senhores pedem-me para adiar. Estou a falar de rede viária, acessibilidades às casas das pessoas, com as quais eu me comprometi há 3 anos. Portanto, ou me deixam fazer isso, como Presidente de Câmara, ou não deixam. A questão é simples.

Portanto, tenho aqui propostas de obras que estão prontas a lançar e a realizar por parte da Câmara Municipal em todas as Freguesias. E, portanto, o argumento de adiar para daqui a 3 meses é para me dar argumentos, para o Presidente da Câmara não as fazer.

Portanto, eu apelo a todos, porque isto são obras que são de todos, são da Câmara, são para os Municípios, são: uma rotunda, é uma infra-estrutura absolutamente essencial para Santar, são condutas, são redes de abastecimento de água, é a Feira, é a rede viária, não são coisas sumptuárias, não é nada disso que está aqui em causa e é, perfeitamente, comportável com a situação económica e financeira da Câmara.

E, portanto, ou queremos fazer os investimentos e ainda falta um ano para as eleições. E, portanto, eu ainda estou, como Presidente de Câmara, até às próximas eleições. Ou queremos fazer os investimentos, ou não queremos fazer os investimentos. É isso que está em causa. Mais nada. Isso é que está em causa. O resto são jogos políticos. O resto é política. Toda a gente percebe. E eu também percebo. Tenho 56 anos e percebo isso perfeitamente. Portanto, não me venha dizer que daqui a 3 meses, eu devo esperar 3 meses, ou 4 meses.

Quanto ao discurso do Sr. Deputado Manuel Henriques, discordo que isto seja campanha eleitoral. São compromissos assumidos por mim. E, portanto, eu serei julgado em setembro do ano que vem pelo que fiz e pelo que não fiz. E, portanto, tenho que ter instrumentos para ser julgado e acho que é justo, quem amortizou 7,5 milhões de euros de empréstimos e agora estar a querer contratar 6 milhões de euros de empréstimos para fazer estas obras, absolutamente, essenciais, é justo que as deixem fazer, não é? Acho eu.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Deputado Rui Costa, pediu a palavra? Mas só lhe vou dar a palavra se for para pedir algum esclarecimento ao Senhor Presidente. Caso contrário, ele já terminou. Só para pedir esclarecimentos? Faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Referiu aqui, há pouco, a esta Assembleia que executou uma obra de valor, que é a Escola de Santar. E disse aqui a toda esta plateia e a esta Assembleia, que pagou, na íntegra, pela Câmara Municipal. Realmente, a verdade não é essa, Senhor Presidente.

O Senhor contraiu, em 2018, o empréstimo de 450.000,00 euros, onde incluía 100.000,00 euros para pagar as obras da Escola de Santar. Mas, somos verdadeiros, ou não somos, Senhor Presidente? Desculpe.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Posso interrompê-lo?

É verdade. Esqueci-me desse pormenor. Peço desculpa. É verdade que eram 100.000,00 euros do empréstimo. É verdade isso.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Eu não quero é andar aqui a aprovar empréstimos e depois, joga-se para um lado, joga-se para o outro, consoante a campanha eleitoral, que, ao fim e ao cabo, vai ser.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Ó Senhor Eng.º, já lhe disse que é verdade. Esqueci-me disso. Pronto. Peço perdão. É verdade que estava no empréstimo de 450.000,00 euros. Eu estava a pensar era no financiamento do Centro 2020. As únicas que tiveram financiamento do Centro 2020 foram aquelas que eu referi. De facto, estavam 100.000,00 euros para a Escola de Santar. Peço perdão por isso. Esqueci-me.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Ok pela sua correção e também ainda bem que o fez. Mas, de qualquer forma, o que eu desejo é que, realmente, estes empréstimos jogam muito com estas coisas. Faz-se empréstimos para aqui, para ali e, na realidade, depois vai ao sabor da maré. E sabemos que o próximo ano vai ser aquele ano de alcatrão, como se costumava dizer aqui há uns anos.

E, portanto, também apelo, realmente, a que as pessoas sejam conscientes e que não estejam, portanto, a endividar o Concelho, que, realmente, poderá precisar daqui a uns tempos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Sousa, algum pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente? É no seguimento da intervenção? Tudo bem. Agradecia-lhe que não gastasse mais de 3 minutos, está bem?

O Senhor Deputado António Sousa:

- É rápido.

Não, é porque depois o Senhor Presidente chega a uma altura que depois baralha as coisas. Eu nunca aqui falei que os investimentos não são para fazer e não foram prometidos. Eu também andei na rua a fazer o mesmo. Nem nunca disse que não é para fazer com os 800.000,00 euros.

Agora, o que eu penso é que, depois de se saber o que vem no Orçamento Geral do Estado, das possibilidades que vêm da Comunidade, das possibilidades, 800.000,00 euros que possam ser financiados bancariamente, se forem para fazer projetos cofinanciados novos, podem valer 2,3 milhões de euros, ou 2,4 milhões de euros, os mesmos 800.000,00 euros.

E estes investimentos que está aqui a falar, ok e bem, que são importantes, podem, pelo menos, parte deles, estou convencido, mas isso só depois de vermos o Orçamento Municipal é que, até com esses aumentos que podem vir do Orçamento Geral do Estado, que se fala nisso, eu sei que se fala, mas não sei se vai ser assim. Todos os anos oiço falar nisso. Todos os anos oiço falar todos os Governos dizer que vão cumprir a Lei das Finanças Locais. Nenhum ano foi cumprido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Todos os anos se diz que vão aumentar. Eu não estou a pôr em causa a bondade até disso. Eu só estou a dizer, até se fala que a Associação Nacional de Municípios uma das coisas que está a pedir para o Orçamento Geral do Estado é propor uma moratória para os empréstimos das Câmaras Municipais, que pode ser, não é uma fonte de financiamento, mas se não tiver que pagar, esse dinheiro pode servir para outras coisas. Já está financiado.

Por isso, há muita maneira, só que, agora fala-se também em muita coisa, mas não há certezas do que é que aí vem. E quando eu peço estes 2, ou 3 meses, não é nada para isso que o Senhor está a dizer. Está-me a interpretar mal e ao tempo que me conhece sabe que eu não faço este tipo de coisas. Por isso, não vale a pena ir por esse caminho porque eu não vou responder a isso.

Mas é, exatamente, para conseguir que tudo isto seja mais rentável e se possa fazer ainda mais investimento. É a minha ideia e é essa sempre que eu transmiti. Já agora, fazia um requerimento à Mesa, mas dado que já estão os argumentos todos debatidos, eu fazia um requerimento à Mesa, que se passasse imediatamente à votação.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu queria dar um esclarecimento antes disso, se for possível.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Um requerimento para se passar já à votação. Estou a pedir isso.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Queria fazer um esclarecimento. Eu queria fazer um esclarecimento, que é o seguinte: Para o ano, a capacidade de endividamento, para além da que ainda fica deste ano, portanto que existe, que está nos mapas de endividamento, que resulta dos mapas de endividamento do último mapa em 30/06/2020 e, portanto, que é margem absoluta de 3.366.000,00 euros e, está a ser contratado 1.600.000,00 euros.

Portanto, este ano, 2020, estão a ser pagos 713.000,00 euros de amortização de empréstimos, que acresce à margem de endividamento para o ano. E, em 2021 vai-se amortizar mais empréstimo que liberta margem de endividamento. Todos os anos, e assim, sucessivamente.

Portanto, todos os anos, a Câmara amortiza empréstimo de médio e longo prazo que lhe liberta margem de endividamento. Portanto, não há momento nenhum em que a Câmara fique privada, bloqueada, relativamente ao endividamento, relativamente a outros investimentos, para financiamentos, eventualmente, que precisem de componente nacional.

E mais, são sempre investimentos plurianuais. É raro haver um investimento, como se verifica, que não se gasta o dinheiro num ano e, portanto, gozam sempre do benefício de amortizações de empréstimos de vários anos, o que aumenta ainda mais a capacidade de endividamento da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Uma vez que não há mais nada a dizer sobre o ponto, vou pôr o ponto 2.3 à votação e pergunto: Quem vota contra? Catorze. Quem se abstém? Ninguém. Quem vota a favor? Onze.

Ora, votaram a favor: a Mesa (António Borges, Isabel Cristina Gonçalves e Augusto Borges Silva), os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Vilar Seco, Santar-Moreira, Senhorim, Lapa do Lobo, Carvalhal Redondo-Aguieira e Canas de Senhorim e os senhores Deputados Carlos Almeida e Susana Cardoso, 11 votos a favor. Portanto, este ponto foi reprovado com 14 votos contra e onze votos a favor.

Senhor Deputado Sousa, faça favor de apresentar a sua declaração de voto.

O Senhor Deputado António Sousa:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Declaração de voto relativo ao ponto 2.3:

A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro determina no n.º 2 do artigo 51.º que os investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazo, quando ultrapassarem 10% das despesas de investimento previstos no Orçamento do exercício, são submetidos a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal aprovou um pedido para submissão a discussão e autorização por esta Assembleia Municipal no valor de 1.600.000,00 euros.

Assim, considerando:

1 - Os tempos incertos que vivemos e que dificultam as previsões do futuro próximo.

2 - A proximidade da dada da próxima apresentação do Orçamento de Estado para o ano de 2021, bem como a proximidade da apresentação e discussão do Orçamento Municipal para o mesmo ano.

3 - A necessidade de perceber, com o mínimo de fidelidade, aquilo que o Programa de Estabilização Económica e Social irá definir, via Orçamento Geral do Estado, como as possibilidades efetivas em que vão assentar as bases do desenvolvimento da região aonde nos localizamos e das necessidades de financiamento necessário e previsto para os próximos anos.

4 - Que o valor do possível financiamento a fazer, não ultrapassando estes 10% das despesas de investimento previstas no Orçamento do Exercício, acomodam totalmente a garantia da realização de todos os projetos, apresentados, co-financiados por entidades públicas, ficando ainda margem para outros investimentos.

5 - Reconhecendo a bondade das prioridades das obras apresentadas, a maioria delas perfeitamente acomodadas no próximo Orçamento Municipal que já deve estar em fase de estudo.

6 - Que devemos ter em mente um dos princípios da gestão que é a prudência não sendo este o melhor timing para tal autorização,

Os Elementos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscritores votam contra a proposta do Executivo e inscrita no ponto 2.3 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2020.

Senhor Presidente da Assembleia, eu já li e depois entrego ao fim, falta-me recolher as assinaturas de quem quiser assinar.

A Senhora Deputada Teresa Pinto, do MCCD, apresentou a seguinte:

DECLARAÇÃO DE VOTO

A Câmara Municipal vem pedir que a Assembleia Municipal autorize a contração de um empréstimo no valor de 1.600.000,00 €. A um ano de eleições autárquicas é óbvia a sua relação com esse facto e a intenção de poder influir nos seus resultados, distorcendo a lisura da disputa democrática das eleições. Reprovável e condenável.

Como justificação argumenta que o mesmo substitui um outro empréstimo, chumbado pelo Tribunal de Contas, e porque “urge que durante o corrente ano de 2020 se dedique com maior afinco à execução orçamental em particular do lado da receita ou investimento, utilizando a sua capacidade livre de endividamento”. Confessa assim que a utilização total da margem de endividamento serve tão só para introduzir liquidez à tesouraria, mesmo que isso custe o agravamento do endividamento do município ao limite legalmente autorizado.

Na verdade, o pedido de revogação desse outro empréstimo no valor de 1.110.397,36 €, aprovado por esta Assembleia Municipal em 28/2/2018, para financiar a componente nacional do CAVES, não mereceu o visto do Tribunal de Contas por violação da capacidade de endividamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

do Município. Aliás, nessa mesma sessão de 28/2/2018 a Assembleia Municipal aprovou ainda mais três pedidos de autorização de contração de empréstimos feitos pela Câmara Municipal, num total de 2.170.624,00 € (Centro 2020: 206.551,00 €; financiamento de despesas de investimentos: 450.000,00 €; saneamento: 1.514.074,00 €), entretanto contraídos e utilizados.

Ora, não é minimamente aceitável contrair mais um elevado empréstimo bancário, para ser pago em 20 anos e com dois de carência, alegadamente para um rol de obras que integram o Plano e Orçamento municipais desde 2017, os quais deveriam ter tido execução ao longo do mandato com as receitas ordinárias do município. É uma situação alarmante o município não dispor de uns meros 50.000,00 € para concluir as obras de ampliação de um cemitério “iniciadas” já em plena campanha eleitoral autárquica de 2017, apesar de o município de Nelas no decurso do mandato corrente ter arrecadado 28.500.000,00 € de receitas.

O que se propõe é, pois, mais um encargo para o pesado fardo da dívida para dar sustentabilidade a uma nova fase eleitoral de promessas de cemitérios e afins, e não para projetos de investimentos estruturais de vulto. Onde a habitual opacidade dará azo ao uso discricionário dos recursos públicos para satisfazer interesses pessoais privados, os favores e as clientelas, afinal os verdadeiros interesses com que se tece o jogo político-eleitoral.

Não se pode contemporizar com jogos viciados e manhosos.

Em 2018, perante as dúvidas nunca esclarecidas e o anúncio do escalar da dívida, votámos contra a aprovação dos empréstimos; em 2020, em pleno contexto pré-eleitoral, com a demagogia e o descaramento já a imperarem, voltamos a votar contra o pedido de empréstimo e tudo o que, para criar ilusionismo, lhes aparece associado.

A sustentabilidade do Município assim o exige!

A transparência democrática assim o determina!

AMN, 18/9/2020

Representantes do MCCD

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Com a não aprovação do ponto 2.3, o ponto 2.4 fica prejudicado e não se justifica a discussão do mesmo e, muito menos, a sua votação.

Assim, proponho que seja retirado da ordem de trabalhos. Não havendo oposição, considera-se retirado.

Portanto, não discutimos o ponto 2.4 e passamos ao ponto 2.5 – Aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a Freguesia de Vilar Seco. Quem quer usar da palavra? Ninguém.

Passamos à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto 2.6 - Aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a Freguesia de Senhorim. Quem quer usar da palavra? Ninguém.

Passamos à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto 2.7 - Aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a Freguesia de Canas de Senhorim. Quem quer usar da palavra? Ninguém.

Passamos à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto 2.8 - Aprovação da Proposta de deliberação da Câmara Municipal – Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Canas de Senhorim para realização da Viagem Medieval. Quem quer usar da palavra? A Senhora Deputada Maria João. Senhora Deputada Maria João, faça favor.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Gostaria aqui de ver um esclarecimento relativamente a esta situação da Feira Medieval. Temos falado aqui da COIVID-19. Falamos aqui de tempos excecionais. E falamos aqui de uma Feira que vem aqui com um pedido de aprovação de 7.000,00 euros para realização dessa Feira.

Isso passou já pela Câmara e tem data de 04 de setembro. Estamos num tempo de contingência a partir do dia 15. E o que vem aqui proposto é aprovado pela Câmara e nada se fala da COVID-19. E nada se fala em termos de medidas em termos de uma informação técnica. Tudo bem. Fala-se em 20 figurantes. E o Público? Que proteções é que há? Gostaria de saber o que é que está previsto para a realização desta Feira em termos de precauções, em termos de medidas preventivas que aqui nada é dito.

E, sinceramente, tudo bem que cabe à Assembleia Municipal aprovar, ou não, os valores de financiamento. Mas também é justo que, em tempos excecionais, que são o caso, é justo e para mim importante e para mim fundamental, para ter uma opinião e dar uma votação esclarecida e em consciência, para dizer, sim senhora, aprovamos os meios para a realização deste evento, mas com consciência de que as medidas preventivas estão tomadas.

Já se falou aqui de Viseu. Já se falou aqui, inclusivamente, de responsabilidades que não existem, mas preocupações com as redes sociais. Eu, sinceramente, gostaria de ver preocupações também aqui, independentemente das redes sociais, mas realistas em relação à Saúde Pública.

Mais: se falamos aqui também, vamos atravessar tempos bastante complicados. Gostaria que não fossem as redes sociais a preocupação, mas sim a coragem que é preciso ter para salvaguardar a Saúde Pública, ao mesmo tempo e em simultâneo que se salvaguarda a economia. Era isto que gostaria de ver, se há algo mais do que o que está aqui ao que nos foi apresentado.

Obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Deputada. Mais alguém quer usar da palavra? O Senhor Presidente. Então faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Naturalmente que, sendo um evento da responsabilidade da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, a Junta de Freguesia não deixará de ter em conta as questões que a Senhora Deputada Maria João acabou de levantar, tanto mais que temos aqui também um representante da Junta de Freguesia, que levará também essas preocupações que manifestou.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Representante da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, faça favor.

O Senhor Mário Pires, Representante da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim:

- Boa noite.

Cumprimento a Mesa,

Os Senhores Deputados,

Estimado Público.

Era para esclarecer o seguinte: O evento não será nos moldes que tem sido. Será diferente. Portanto, não vai haver ajuntamentos. Contamos com isso. E temos previsto vários encaminhamentos do Público para que isso não aconteça. O que se junta muito são nas tasquinhas. Não vai haver nada disso.

Aliás o valor é um valor baixíssimo para uma coisa daquelas. Haverá um cortejo. Tem uns moldes específicos com um trajeto definido, muito maior do que o que costuma ser o espaço que é, precisamente para não criar ajuntamentos. E, isso, nós temos tudo previsto, assim como a higienização. Está tudo previsto. Contamos que não vai haver problema. Não vai ser por aí.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Isto é como tudo. Nós andamos na rua, podemos apanhar. Ali, também, se calhar, poderá apanhar. Nunca se sabe. Mas, está previsto ser feito nestes moldes para que não haja esse problema.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Representante da Junta. Mais alguém quer usar da palavra?

Então, se não, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Quatro abstenções, três do PSD e uma do MCCD. Quem vota a favor? 21 votos.

Passamos agora, à aprovação das minutas. A Senhora Secretária vai lê-las todas e se alguém, nalguma delas, não quiser votar, achar que não está em condições, alerta logo para fazer as correções. Está bem? E depois votamos todas, ao fim.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Aprovação da Proposta de Revogação do Contrato de Empréstimo de 1.110.771,36 euros, aprovado em 28/02/2018 (Processo de Fiscalização Prévia n.º 824/2018, do Tribunal de Contas), foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 18 votos a favor, 3 votos contra e 4 abstenções.

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Discussão e votação do Pedido de Autorização Prévia dos Investimentos a financiar pelo empréstimo de médio e longo prazo para o Financiamento de Investimentos Municipais 2020.

Foi posto à discussão e votação o pedido de autorização prévia para a realização de despesas de investimento que irão ser financiadas com o empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 1.600.000,00 euros, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e que são as seguintes:

- i. CAVES (Centro Artes Vinho Espaço de Santar), no valor global de 400.000 € (quatrocentos mil euros);
- ii. Ampliação de Cemitério em Senhorim 2ª Fase, no valor global de 50.000 € (cinquenta mil euros);
- iii. Ampliação de Cemitério no Folhadal 2ª Fase, no valor global de 50.000 € (cinquenta mil euros);
- iv. Novo Cemitério em Canas de Senhorim 2ª Fase, no valor global de 100.000 € (cem mil euros);
- v. Rotunda Chão do Pisco/Borgstena – Protocolo IP, SA, no valor global de 115.000 € (cento e quinze mil euros);
- vi. Edifício Multiusos – Casa do Frazão, em Canas de Senhorim – Edifício e Loteamento, no valor global de 200.000 € (duzentos mil euros);
- vii. Requalificação de Edifício Centro Comunitário de Vila Ruiva 2ª Fase, no valor global de 150.000 € (cento e cinquenta mil euros);
- viii. Remodelação da Rede de Abastecimento de Saneamento e Água no Concelho, no valor global de 200.000 € (duzentos mil euros);
- ix. Parque de Feiras e Exposições em Nelas 2ª Fase, no valor global de 50.000 € (cinquenta mil euros);
- x. Requalificação da Rede Viária do Concelho de Nelas, nas Freguesias de Vilar Seco, Senhorim, Carvalhal Redondo e Aguieira, Lapa do Lobo, Santar e Moreira, Canas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

de Senhorim e Nelas, no valor global de 285.000 € (duzentos e oitenta e cinco mil euros).
tendo sido reprovado, com 14 votos contra, 11 votos a favor e 0 abstenções.

O ponto 2.4 não foi colocado, sequer, à discussão.

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 – Aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a Freguesia de Vilar Seco, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 - Aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a Freguesia de Senhorim, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 - Aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a Freguesia de Canas de Senhorim, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 - Aprovação da Proposta de deliberação da Câmara Municipal – Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Canas de Senhorim para realização da Viagem Medieval, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 21 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Alguém vota contra as minutas? Alguém se abstém? Aprovadas por unanimidade.

Ora, chegamos assim, ao fim da Ordem do Dia.

Portanto, chegados ao fim da Ordem de Trabalhos, declaro a sessão aberta ao Público.

Quem quer usar da palavra? Senhor Arlindo. Mais ninguém? Faça favor Senhor Arlindo. Já sabe as regras. Nada de considerações. Apenas questões. Está bem?

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados,

Senhores Presidentes da Junta.

Boa noite a todos.

Vou ser muito rápido. Portanto, foi prometido numa reunião da Câmara, pelo Senhor Presidente, que iriam pintar uma zona restrita, em frente à Escola do Fojo, para paragem dos autocarros escolares, porque há um Motorista, inclusivamente, um Motorista que não pára lá, ou melhor, pára no meio da rua, não abre as portas para as crianças saírem. Foi pedido isso e pôr lá uma placa a dizer: Transportes Escolares.

Sobre o cemitério de Canas de Senhorim, eu queria um esclarecimento melhor porque tenho informações da própria Junta que a Junta de Freguesia não quer o cemitério naquele local.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Gostaria de saber se a Câmara vai levar avante onde está atualmente, ou se já houve acordo com a Junta, lá, ou noutra local.

Gostava de saber também, porque eu passei lá e vi e dá-me a impressão, apesar de eu não ser construtor civil, dá-me a impressão que as obras para os animais, que está a ser feita junto à ETAR III, que não estará pronta em outubro. Gostaria de saber se está, ou não, porque são promessas do Senhor Presidente.

Também foi discutido e decidido um depósito de gás junto às Bombas de gasolina, à saída de Nelas, onde o Senhor Presidente da Câmara disse que esse depósito de gás seria só temporário e já vai um ano, ou mais e continua lá a ter o gás e com vedação e tudo.

Sobre a água, como todos devem saber e se calhar, até nem sabemos, às vezes, porque passa-nos despercebido, a Câmara já aumentou a fatura da água este ano. Não sei se têm conhecimento, mas eu tenho aqui documentos da Câmara, aliás, da água e comprova isso. Gostaria de saber se, apesar deste aumento da água, da fatura da água, se ainda vai fazer novos aumentos por causa da ETAR III.

Eu digo isto, pelo seguinte: O primeiro projeto que apareceu na Câmara, feito pelo Senhor Presidente da Câmara, deste projeto não constava a ETAR III conforme ela é. Constava uma ETAR semelhante à ETAR de Canas de Senhorim, que custaria um milhão de euros. Eu não digo que a ETAR que está mal construída e que não fez bem, ou que fez mal, eu acho que até fez bem, realmente, fazer a ETAR que estão a fazer. Só que a população do Concelho de Nelas não tem culpa nenhuma que se fizesse essa ETAR para beneficiar os nossos empresários. Não foi para beneficiar o Povo em geral. Portanto, entendo eu, se vierem, novamente, a aumentar a fatura da água, que essa fatura deve ser suportada pelos empresários, os quais vão usufruir dessas regalias.

Portanto, temos que ter em atenção isso, porque na fatura da água, só houve uma, que foi na taxa de recursos hídricos, é que não aumentou. De resto, aumentou tudo, tudo, tudo. Portanto, gostaria de saber como é que é a situação da fatura, num futuro próximo.

Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Presidente, quer esclarecer o Senhor Arlindo?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Posso esclarecer.

Senhor Arlindo, relativamente à paragem dos autocarros, anda lá em obras a Escola do Fojo e vão, certamente, tratar disto.

A questão do cemitério, já lhe falei da última vez que me pôs essa questão. E, portanto, para a Câmara é pacífica a situação da construção do cemitério no sítio onde está projetado, onde houve já investimentos.

O CRO está a decorrer conforme planeado. O depósito de gás, à saída de Nelas, não estou a ver o que é, mas depois explicar-me-á, em pormenor, de que é que se trata. E não é verdade que tenha havido qualquer aumento da fatura da água. A fatura da água tem 3 vertentes, que são água, saneamento e resíduos. E, portanto, não é verdade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Declaro encerrada a sessão.

Muito boa noite e muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: